**MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO**

As enchentes que atingiram o estado do Rio Grande do Sul em maio de 2024 impactaram severamente diversas regiões, trazendo desafios significativos para toda a população. Reconhecemos o sofrimento e as dificuldades enfrentadas por muitas famílias e comunidades, incluindo nossos empregados, parceiros e usuários.

As operações da TRENSURB também foram diretamente prejudicadas pelos danos causados pelas inundações. No dia 2 de maio de 2024, houve a suspensão parcial da operação entre estações Mercado e Farrapos em função do alagamento da bacia ferroviária, em Porto Alegre. No dia 3, a suspensão completa da operação, às 16h, visando salvaguardar a frota de trens e condução da frota para trechos elevados da via e, no dia 4, diversas estações, subestações de energia Farrapos e Fátima, pátio de manutenção e sede administrativa começam a ser inundados e todos os controles de sistemas entram em colapso.

Durante a paralisação da operação, a TRENSURB foi ponto de referência e abrigo a milhares de pessoas atingidas pela enchente.

No dia 30/05/2024, é lançada a Operação Trilhos Humanitários, sendo abertas as portas das 13 estações que funcionaram durante a Operação Parcial Emergencial da TRENSURB, das 8h às 18h, sem cobrança de tarifa, devido ao sistema de bilhetagem estar inoperante.

A retomada total da circulação foi possível graças ao comprometimento de todos os empregados da empresa, às parcerias com outras operadoras de metrô e ao trabalho incansável realizado para garantir que os equipamentos, a via permanente e as estações estivessem prontas para atender à população.

No dia 20 de setembro de 2024, a ampliação do trecho até a estação Farrapos, em Porto Alegre, marcou um avanço significativo, seguido pela retomada da circulação de trens até a estação Mercado em 24 de dezembro de 2024, um momento histórico para todos. No entanto, a operação ainda não foi completamente normalizada nos moldes anteriores à enchente.

Mesmo durante o processo de reconstrução, a TRENSURB manteve seu compromisso em avançar com ações alinhadas aos seus valores, demonstrando dedicação e foco na realização de iniciativas essenciais para o cumprimento de seus objetivos institucionais.

A TRENSURB lançou uma nova campanha de comunicação, intitulada **Trensurb+.** O foco está na missão de promover a mobilidade urbana com excelência e de modo sustentável. A campanha Trensurb+ convida a todos empregados, usuários e comunidade a se envolverem nesse movimento, destacando como ações individuais e coletivas podem fazer a diferença na construção de um futuro mais equitativo e ambientalmente consciente.

O ano de 2024 marcou o ingresso da TRENSURB no mercado de energia livre. A medida reflete a busca da empresa pela sustentabilidade ambiental, uma vez que garante a aquisição de energia de fontes renováveis, e econômica, gerando redução dos gastos com um dos principais insumos para o funcionamento do metrô.

Na esfera social, a TRENSURB, em parceria com o Senai-RS, ofereceu seu programa de aprendizagem profissional a 40 jovens de famílias de baixa renda, selecionados através de processo público, prestou apoio às políticas públicas consolidadas de economia solidária de comunidades lindeiras ao sistema, realizou uma campanha de arrecadação de donativos para vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul e também, campanhas internas de apoio aos empregados que foram atingidos pelas enchentes ocorridas em maio de 2024.

A TRENSURB, comprometida com a construção de um ambiente de trabalho inclusivo e seguro, lançou em novembro de 2024 o Protocolo de Prevenção e Combate ao Assédio, que prevê ações de prevenção e busca combater comportamentos e manifestações de assédio e violência, tanto de forma individual ou coletiva.

No último dezembro, mês da retomada da operação plena dos trens até o centro de Porto Alegre, a TRENSURB recebeu o resultado da pesquisa de perfil e satisfação, que apontou o reconhecimento dos usuários pelo trabalho e esforço da empresa durante 2024, atingindo o índice de 85,1% de satisfação geral, que coletou opinião de 1.300 usuários, distribuídos nos diferentes dias da semana, em todos turnos de funcionamento da TRENSURB e em todas as estações e terminais. Na avaliação foram abordadas questões como satisfação com os diferentes serviços, satisfação geral com a Trensurb, Operação Trilhos Humanitários (trem e integração com ônibus) e benefício do transporte para a sociedade.

Conforme a pesquisa, o perfil de usuários mais frequentes do metrô operado pela TRENSURB é de mulheres (53,6%), com idade de 20 até 49 anos (66,8%), solteiros(as) (60,6%), com ensino médio completo (58,8%), renda individual de até R$ 7.060,00 (94,3%) e, principalmente, pessoas trabalhadoras da iniciativa privada (45,9%). Em 2024, também foi identificado que a presença de usuários com mais de 60 anos (12,5%) quase dobra ao ser comparada com a pesquisa anterior (7%).

Portanto, apesar de todas as dificuldades que tivemos na TRENSURB em 2024, os números refletem a empatia dos usuários com a situação vivida pela empresa e reconheceram os esforços empreendidos para a retomada do serviço. Os avanços na qualificação do serviço oferecido à população e muitos outros desafios, no entanto ainda estão colocados. A certeza é de que é possível fazer ainda mais, não só para manter o reconhecimento já alcançado, mas também para se alcançar um processo de qualificação permanente em respeito e atenção a toda população que utiliza os serviços da TRENSURB.

Diretor-Presidente

**PERFIL DA EMPRESA**

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. – TRENSURB, é uma empresa pública ligada ao Ministério das Cidades do Governo Federal, cujos principais acionistas são a União (99,9144%), o Estado do Rio Grande do Sul (0,0662%) e o município de Porto Alegre (0,0194%). Criada em 1980, pelo Decreto nº 84.640, de 17 de abril de 1980, sua missão inicial foi implantar e operar uma linha de trens urbanos no Eixo Norte da Região Metropolitana de Porto Alegre, iniciando sua operação comercial em 1985, conectando Porto Alegre a Sapucaia do Sul.

Este capítulo destaca a trajetória da empresa, seu papel fundamental na mobilidade da Região Metropolitana de Porto Alegre e os desafios e inovações que moldaram sua jornada.

Desde sua inauguração comercial em 1985, a TRENSURB passou por significativas fases de expansão. Em dezembro de 1997, celebramos a inauguração da Estação Unisinos, situada na cidade de São Leopoldo, em novembro de 2000, ampliamos nossa presença nesse município ao inaugurar a Estação São Leopoldo. Posteriormente, em julho de 2012, ampliamos ainda mais nossas operações ao inaugurar as estações Rio dos Sinos e Santo Afonso, esta última localizada no município vizinho de Novo Hamburgo.

Iniciando sua operação com a frota de 25 Trens Unidade Elétrica intitulados Série 100, em 2012 adquiriu 15 novos TUEs, Série 200, que marcou uma etapa crucial de modernização, elevando os padrões de eficiência e conforto. Estes trens representam não apenas um avanço tecnológico, mas também um compromisso com a sustentabilidade, evidenciado pelo menor gasto energético e pelos recursos inovadores incorporados.

Como pioneiros da inovação tecnológica na mobilidade urbana, a TRENSURB introduziu, em 2012, o sistema Aeromóvel, um transporte automatizado em via elevada. Esse projeto, desenvolvido com tecnologia nacional, não apenas conecta nossa linha metroferroviária ao Aeroporto Internacional Salgado Filho, mas também demonstra nossa busca incessante por soluções inovadoras e sustentáveis.

A conclusão do mais recente projeto de expansão ocorreu em maio de 2014, constituindo um marco significativo. Nessa fase, iniciamos a operação comercial de três novas estações no município de Novo Hamburgo: Estação Industrial, Fenac e Novo Hamburgo. Esse esforço de expansão não apenas fortaleceu nossa presença na região, mas também demonstrou nosso compromisso contínuo em atender às crescentes necessidades de mobilidade da comunidade.

Por sua condição de empresa pública, a TRENSURB está submetida as regras da Lei n° 13.303, de 30 de junho de 2016, bem como, as mudanças que no decorrer de 2019, afetaram a sua autonomia na gestão. O Decreto n° 9.998, de 3 setembro de 2019, qualificou a TRENSURB no âmbito do Programa de Parcerias de Investimento da Presidência da República – PPI e a incluiu no Programa Nacional de Desestatização – PND. Simultaneamente, o Decreto n° 10.006, de 5 de setembro de 2019, alterou a subordinação administrativa ao Ministério da Economia, embora sem prejuízo aos demais atos de gestão ainda vinculados ao extinto Ministério das Cidades. Essas alterações, embora com a intenção de promover eficiência e sinergia, por vezes resultam em morosidade na administração do negócio.

Assim, a TRENSURB, diante dessas mudanças regulatórias e estruturais, enfrenta o desafio contínuo de adaptar-se a novos contextos institucionais, buscando sempre manter sua missão de oferecer um serviço eficiente e sustentável à comunidade.

A TRENSURB reconhece a importância da comunicação aberta e transparente. Através de seu site institucional, disponibilizamos informações relevantes e atendemos aos requisitos de transparência. Além disso, mantemos diversos canais de comunicação para interagir com nossos usuários e partes interessadas, promovendo a proximidade e o entendimento mútuo.

**MODELO DE NEGÓCIO**

A TRENSURB, ao longo da sua história, consolidou-se como uma empresa de transporte de passageiros indutora de desenvolvimento social e econômico. Introduziu e motivou mudanças nos hábitos da população, alterando consideravelmente a realidade dos municípios, isto porque, sua implantação envolveu a instalação do sistema metroviário, bem como a readequação da malha viária, saneamento, iluminação pública, segurança de pedestres e outras obras complementares.

Para cumprir sua missão, a empresa está organizada em cinco grandes áreas: Operação, Manutenção, Administração, Expansão e Comercial.

A gestão da operação, processo principal da Empresa, buscar assegurar a eficiência operacional primando pela qualidade da manutenção dos trens, conservação das estações e os elevados níveis de confiabilidade que é um dos diferenciais do sistema na Região Metropolitana de Porto Alegre – RMPA.

A força de trabalho da TRENSURB é regida pela Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, tendo o quadro de pessoal definido e aprovado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, por meio da Portaria nº 13, de 7 de junho de 2019.

O quadro de pessoal é composto por empregados ativos que representam a real força de trabalho da empresa e empregados afastados por diversas situações que acarretam na suspensão temporária do contrato de trabalho, a exemplo de licenças não remuneradas, auxílio doença, entre outras.

Em dezembro de 2024, a TRENSURB apresentou em seu quadro de pessoal um efetivo de 1.006 empregados, distribuídos por área de atuação, gênero, raça, escolaridade, faixa etária e faixa salarial, conforme a seguir:









Fonte: Gerência de Recursos Humanos

As capacitações promovidas pela empresa no ano resultaram em 3.653 participações em treinamentos, entre virtuais e presenciais, o que correspondeu a 69% do quadro de empregados ativos e conselheiros.

A avaliação de desempenho na TRENSURB ocorre conforme regras estabelecidas no Plano de Classificação de Empregos, Funções e Salários (PCEFS). Para que um empregado seja promovido por merecimento, é necessário um interstício mínimo de 730 dias desde a última movimentação dessa natureza, além de obter uma avaliação de desempenho favorável no ano anterior e estar dentro do limite financeiro disponível para movimentação funcional, ocorre que este processo encontra-se suspenso desde a pandemia e está sendo retomado a partir de 2025.

A segurança no trabalho na TRENSURB é uma prioridade, sendo regulamentada por normas técnicas e dispositivos legais que visam a eliminação, controle e redução permanente dos riscos ocupacionais. As atividades incluem a análise de processos e métodos de trabalho para identificar fatores de risco, a execução de programas de prevenção de acidentes e a orientação contínua dos trabalhadores quanto às medidas de proteção. Além disso, a empresa investe em treinamentos, e inspeções e auditorias para garantir um ambiente seguro e saudável, preservando a integridade física e mental dos empregados. Este trabalho reflete nos resultados de 2024 que encerrou com zero (0) de frequência e gravidade de acidentes de trabalho.

As receitas da TRENSURB são compostas por receita operacional, financeira, comercial e outras fontes, sendo complementadas por aportes do Governo Federal para cobrir o total de despesas da empresa.

Possuímos integração física e tarifária com linhas de ônibus urbanos e interurbanos que atendem a RMPA possibilitando maior integração com o modal rodoviário nas vias laterais às estações e facilitando os deslocamentos dos nossos usuários até seus destinos e possibilitando maior acesso ao transporte para os cidadãos.

Após 26 anos de atuação, em janeiro de 2011, o metrô gaúcho ultrapassou a marca de um bilhão de passageiros transportados e, acumula a marca de 1,6 bilhões de passageiros até dezembro de 2024.

**ESTRUTURA DE GOVERNANÇA**

A estrutura de gestão da TRENSURB é formada por unidades organizacionais especializadas e a empresa conta com o planejamento estratégico para definir e comunicar os objetivos da empresa, além das estratégias e ações necessárias para alcançá-los, levando em consideração os fatores internos e externos que compõem o cenário em que a empresa opera. Estruturado em quatro diretrizes estratégicas principais - eficiência econômico-financeira, eficiência operacional, aprimoramento da governança corporativa e segurança das pessoas - o planejamento alinha as prioridades estratégicas à capacidade orçamentária e às iniciativas de modernização organizacional, garantindo um foco claro e compartilhado para todos.

Para o aprimoramento da governança, diretriz estratégica estabelecida no Planejamento Estratégico, a TRENSURB conta com uma estrutura de governança formada com base em mecanismos de liderança, estratégia e controle, organizados para garantir a transparência e a eficiência na gestão da empresa. No topo dessa estrutura está a Assembleia Geral, seguida pelos Conselhos de Administração e Fiscal, que supervisionam e monitoram as atividades da empresa.

Além disso, a TRENSURB conta com agentes de governança nas estruturas de Diretoria Executiva, Comitês de Auditoria, de Governança e de Elegibilidade, e em unidades organizacionais, como a Auditoria Interna, Ouvidoria, Corregedoria, Conformidade e de Gestão de riscos, todos desempenhando papéis cruciais na manutenção da integridade e no controle dos processos internos.

Para operar e reforçar a governança, a empresa adota documentos e políticas, que inclui o seu Estatuto Social, o Regimento Interno e a Política de Governança. Esses instrumentos normativos delineiam as diretrizes de conduta e boas práticas que devem ser seguidas por todos os dirigentes, empregados e demais partes relacionadas. As unidades organizacionais atuam na implementação contínua de melhorias, contribuindo para uma gestão mais transparente e eficaz.

O conjunto de instrumentos de governança explicitam a conduta e o bom comportamento nas relações e operações praticadas pelos dirigentes, empregados, prestadores de serviço e demais partes relacionadas. A empresa divulga os documentos no seu sítio eletrônico: <https://trensurb.gov.br/governanca-corporativa/sobre-governanca-corporativa>. Dentre eles destacamos:

* Código de Ética e de Conduta e Integridade: explicita os valores e princípios que fundamentam a conduta pessoal e profissional dos agentes públicos que atuam na empresa;
* Regimentos Internos: disciplinam a constituição, a organização e o funcionamento da empresa e dos colegiados estatutários, a saber: (a) Conselho de Administração; (b) Diretoria Executiva; (c) Conselho Fiscal; (d) Comitê de Auditoria; e (e) Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração;
* Política de Divulgação de Informações Relevantes: orienta a conduta e transparência na divulgação de informações relevantes;
* Política de Transações com Partes Relacionadas: estabelece regras e procedimentos aplicáveis na ocorrência de transações entre partes relacionadas, de forma transparente e em conformidade com os dispositivos legais;
* Política de Porta-Vozes: estabelece diretrizes que assegurem o alinhamento institucional da atuação dos representantes da empresa em pronunciamentos e entrevistas junto aos meios de comunicação;
* Política de Distribuição de Dividendos: define as regras e os procedimentos relativos à Política de Dividendos;
* Política Corporativa de Gestão de Riscos Corporativos: tem a finalidade de instituir a Gestão Integrada de Riscos Corporativos - GIRC e estabelecer as diretrizes relacionadas ao gerenciamento dos riscos corporativos e à gestão da continuidade dos negócios e promoção do tema ESG (ambiental, social e governança);
* Política de Governança Corporativa: estabelece diretrizes para a promoção da governança corporativa que contribuam para o alcance dos objetivos organizacionais, o aprimoramento contínuo das suas práticas de governança e gestão, o fortalecimento da imagem institucional e da confiança junto às partes interessadas;
* Política de Controles Internos e Conformidade: tem a finalidade de definir as diretrizes para assegurar o efetivo gerenciamento de conformidade e as regras de controles internos de modo a buscar a aderência das medidas voltadas à realização dos objetivos institucionais da Empresa, bem como aumentar a probabilidade de que tais objetivos sejam alcançados de forma eficaz, eficiente, efetiva e econômica;
* Política de Gestão de Pessoas: instrumento direcionador da gestão do capital humano, as pessoas, componente fundamental para que a organização atinja seus objetivos de maneira eficiente e integrada;
* Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC: estabelece as diretrizes para licitações e contratos da TRENSURB; e
* Carta de Serviços ao Usuário: divulga para os usuários as formas de acesso aos serviços prestados e os compromissos e padrões de qualidade do atendimento ao público.

A Política Ambiental da TRENSURB, tem a finalidade de estabelecer uma atualização para integrar a proteção do meio ambiente à estratégia da Empresa e aos seus investimentos e operações. Parte da iniciativa da Empresa, através do seu comprometimento público, em estabelecer um processo de Gestão Ambiental que continuamente investirá na mobilidade humana com respeito ao meio ambiente, garantindo o envolvimento e comprometimento dos seus empregados, prestadores de serviços, gestores e da alta direção na promoção do senso de Responsabilidade Socioambiental. O documento na íntegra pode ser acessado no *site* institucional da TRENSURB, no *link* https://www.trensurb.gov.br/governanca-corporativa/sobre-governanca-corporativa.

**IDENTIDADE ORGANIZACIONAL**

A sustentabilidade ambiental e o direito a mobilidade são os principais ideais da estratégia para o ciclo 2024-2028 da TRENSURB, sendo parte essencial da missão, visão e diretrizes estratégicas da empresa, além do fator impulsionador da atividade principal da empresa que é a efetividade operacional para mantermos a excelência do serviço público prestado.

A identidade organizacional da TRENSURB é formada pela declaração da missão, visão e valores da TRENSURB. Este conjunto expressa o propósito fundamental e as aspirações futuras da TRENSURB de forma explícita.

Missão:

**“PROMOVER A MOBILIDADE URBANA COM EXCELÊNCIA E DE FORMA SUSTENTÁVEL”.**

Visão:

**“EMPRESA ESTATAL REFERÊNCIA EM TRANSPORTE PÚBLICO RÁPIDO E ACESSÍVEL, CONTRIBUINDO PARA A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DAS PESSOAS”.**

Valores:

|  |  |
| --- | --- |
|  | COMPROMETIMENTO: Desempenhamos com excelência o serviço público, proporcionamos bem-estar aos nossos clientes e empregados e fortalecemos relações institucionais. |
|  | EMPATIA: Construímos relações saudáveis e resolvemos conflitos de forma pacífica, criando um ambiente justo. |
|  | PERTENCIMENTO: Criamos conexões e proporcionamos a ampla participação valorizando as realizações pessoais e colaborativas. |
|  | RESPEITO: Reconhecemos e consideramos as necessidades, opiniões, direitos e dignidade de todas as pessoas. |
|  | INCLUSÃO E DIVERSIDADE: Reconhecemos a singularidade de cada pessoa, aceitamos e celebramos a diversidade de experiências, perspectivas e culturas. |

As diretrizes estratégicas são grandes vetores da estratégia da TRENSURB e guiam as decisões e ações da empresa para o alcance da visão de longo prazo, sendo elas:

|  |  |
| --- | --- |
|  | EMPRESA VERDE - Adotar práticas e políticas sustentáveis que minimizem o impacto ambiental das operações da empresa, buscando soluções que promovam a sustentabilidade em todas as suas dimensões no negócio, realizando a gestão eficiente dos recursos públicos. |
|  | DIREITO A MOBILIDADE – Proporcionar as pessoas o tratamento justo e equitativo dos direitos e oportunidades, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, desenvolvimento social e econômico. |

|  |  |
| --- | --- |
|  | EFETIVIDADE OPERACIONAL – Garantir que o transporte de pessoas seja realizado de forma rápida, segura e com qualidade, utilizando desta capacidade para contribuir com a ampliação do sistema de mobilidade integrado, eficiente e que atenda às necessidades de deslocamento das pessoas. |

O Planejamento Estratégico, na íntegra, pode ser acessado por meio do sítio eletrônico da TRENSURB: <https://trensurb.gov.br/governanca-corporativa/planejamento-estrategico>.

**INTERESSE PÚBLICO**

Em consonância com os princípios estabelecidos pela Constituição Brasileira e seu estatuto social, a TRENSURB tem como objetivo primordial a mobilidade urbana na região metropolitana em que atua. Diferentemente das sociedades privadas que operam no mesmo mercado e que detém flexibilidade para exercício de outras atividades, a TRENSURB não desempenha obrigações ou responsabilidades diversas daquelas constantes de sua lei de criação e Estatuto Social.

Neste contexto, a modicidade tarifária, aliada a estratégias de subsídios e políticas tarifárias diferenciadas, desempenha um papel crucial. Essas medidas garantem o acesso da população aos serviços públicos essenciais, ao mesmo tempo em que viabilizam a operação sustentável das empresas públicas.

É relevante observar que o menor custo por passageiro transportado pela TRENSURB ocorreu em 2019, alcançando R$ 5,81, quando o subsídio do governo federal garantia a modicidade tarifária. No entanto, fatores como a drástica redução no número de passageiros causada pela pandemia de COVID-19 e o impacto das enchentes de maio de 2024 elevaram o custo médio por passageiro para R$ 16,73. Esse cenário reforça a importância do apoio federal para garantir a acessibilidade e a sustentabilidade econômica, social e ambiental promovida por esse meio de mobilidade urbana.

Os impactos da enchente de maio de 2024, resultaram em mudanças significativas na operação da TRENSURB, com uma redução notável na capacidade de transporte e aumento nos intervalos entre trens. Antes do evento, o sistema suportava uma capacidade máxima de 108 mil passageiros por dia em cada sentido, com intervalos de 8 minutos nos horários de pico. Após a enchente, a capacidade caiu para 72 mil passageiros por dia, com intervalos ampliados para 12 minutos, comprometendo o atendimento à população.

Essa redução na capacidade operacional agravou os desafios sociais e econômicos enfrentados pelos usuários do transporte público, além disso, a queda na receita de transporte gerou impactos financeiros significativos, ampliando a necessidade de aportes para assegurar a continuidade das operações.

Ao mesmo tempo, é necessário reconhecer que a TRENSURB, como empresa pública, enfrenta condições distintas das sociedades privadas. A necessidade de subsídios para viabilizar economicamente os serviços, implementar políticas tarifárias diferenciadas e promover a equidade no acesso ao transporte público também se faz presente em sistemas operados por empresas privadas. Nos últimos anos, o subsídio público em sistemas concedidos à iniciativa privada tornou-se uma prática comum, tanto no transporte sobre trilhos quanto no operado por ônibus.

Comprometida com a sustentabilidade, a TRENSURB busca investir continuamente na modernização de sua infraestrutura e em iniciativas que priorizam a segurança, o conforto e a eficiência de seus serviços. Essa dedicação por parte da gestão foi colocada à prova em 2024, quando uma enchente de grandes proporções atingiu o sul do Brasil, representando um dos momentos mais desafiadores de sua história. A situação exigiu respostas rápidas e eficazes para garantir a segurança de todos e mitigar os impactos à continuidade dos serviços.

Em suma, a TRENSURB tem desempenhado um papel fundamental na promoção da mobilidade urbana na região metropolitana de Porto Alegre, atuando para atender às necessidades indispensáveis de transporte da população local.

**PRINCIPAIS AÇÕES E PROJETOS**

O Orçamento anual da TRENSURB é definido em Lei Orçamentária Anual – LOA e a gestão orçamentária é um desafio constante para a empresa, em virtude de os limites aprovados na lei estarem aquém das necessidades da empresa. Assim, para atingir seus objetivos e cumprir sua missão, a empresa necessita do aporte de recursos do Governo Federal, devido às receitas próprias, oriundas da prestação de serviços de transporte e outras receitas não operacionais, não cobrirem na totalidade as suas despesas de funcionamento.

A Lei Orçamentária Anual estima os valores para receitas e fixa as despesas, distribuindo o montante de recursos para custeio e para investimentos. O montante para custeio deve suportar compromissos existentes, enquanto o valor destinado para investimento objetiva inovações e/ou ampliação da vida útil dos equipamentos.

Em 2024, os recursos alocados na LOA para custeio permaneceram estáveis em relação ao ano anterior, totalizando R$ 106.804.814. No entanto, os investimentos tiveram um expressivo incremento, passando de R$ 2.000.000 em 2023, para R$ 20.000.000.

Adicionalmente, a Lei nº 14.962, de 5 de setembro de 2024, concedeu à TRENSURB um crédito extraordinário de R$ 164.366.000 para enfrentamento da calamidade pública, sendo R$ 49.309.800 destinados ao custeio e R$ 115.056.200 aos investimentos. Adicionalmente, a Medida Provisória nº 1.284, de 28 de dezembro de 2024, destinou R$ 60 milhões a despesas de custeio.

As chuvas intensas alagaram subestações de energia, estações subterrâneas e áreas administrativas, provocando a interrupção completa do transporte metroviário por semanas e afetando diretamente a mobilidade de milhares de pessoas na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). Diante desse cenário crítico, a TRENSURB implementou respostas emergenciais para minimizar os impactos à população e preservar os ativos da empresa.

Em 30 de maio, o esforço coletivo das equipes técnicas permitiu a retomada da operação em 13 estações, entre Novo Hamburgo e Matias Velho, ainda que de forma limitada, com funcionamento entre 8h e 18h e sem cobrança de tarifas. Essa iniciativa, denominada “Trilhos Humanitários”, foi essencial para atender à mobilidade de trabalhadores e cidadãos das áreas mais afetadas, oferecendo um meio de transporte seguro e coletivo.

À medida que as ações de manutenção avançaram, a operação foi gradualmente expandida. Em 3 de junho, o horário de funcionamento foi ampliado para 6h às 20h. No dia 13 de junho, a redução dos intervalos entre trens para 22 minutos possibilitou maior capacidade de transporte. No final de junho, novos avanços reduziram o intervalo para 18 minutos e ampliaram a capacidade para 52 mil passageiros por dia.

Em 1º de julho, a operação foi estendida até a estação Canoas, com funcionamento das 5h às 22h. No dia 13 de julho, o sistema de bilhetagem eletrônica foi restabelecido, permitindo a retomada da cobrança de tarifas, enquanto ônibus complementavam o trajeto até o centro de Porto Alegre sem custo adicional para os passageiros. Em 22 de julho, o horário de operação foi estendido até 23h, atendendo especialmente às demandas de estudantes universitários. Finalmente, em 20 de setembro, a operação chegou à estação Farrapos, com intervalos reduzidos para 15 minutos nos dias úteis.

A reconstrução das estações restantes, eliminação de restrições de acessibilidade e recuperação total do sistema ainda dependem de novos aportes financeiros e esforços contínuos de reconstrução. Esse processo permanece como prioridade absoluta da empresa, que segue determinada a restabelecer integralmente os serviços essenciais à população da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Diante da necessidade urgente de atender às demandas de mobilidade da Região Metropolitana de Porto Alegre, mesmo com severas limitações estruturais, a TRENSURB definiu um cronograma estratégico de reconstrução composto por três etapas principais. Essa abordagem permitiu a priorização de ações críticas para a retomada parcial das operações, mesmo que com restrições de intervalo, velocidade e acessibilidade, enquanto projetava medidas adicionais para alcançar a recuperação total. As etapas de reconstrução estabelecidas, foram as seguintes:

1. Expansão até a Estação Farrapos (20 de setembro de 2024): A primeira etapa, concluída dentro do prazo, possibilitou a ampliação do trecho operacional, beneficiando um número maior de passageiros e reduzindo os intervalos entre trens. Essa etapa foi viabilizada por ações emergenciais e aquisições estratégicas, que equilibraram o uso dos recursos disponíveis sem comprometer a segurança do sistema.

2. Expansão até a Estação Mercado (24 de dezembro de 2024): Com foco na mobilidade urbana de Porto Alegre, essa etapa restabeleceu o acesso ao centro histórico da capital.

3. Superação das Restrições Operacionais: A terceira etapa, programada para 2025, busca eliminar limitações de acessibilidade, reduzir os intervalos entre trens e restabelecer a plena capacidade de transporte. Para isso, será necessária a reconstrução completa de subestações, sistemas de sinalização e equipamentos danificados pelas enchentes.

O reconhecimento público da eficiência e da importância da TRENSURB para a mobilidade urbana da Região Metropolitana de Porto Alegre foi comprovado, mais uma vez, em 2024. Os usuários da empresa aprovaram os serviços oferecidos declarando uma satisfação geral de 85,1%, indicador aferido através de pesquisa concluída no mês de dezembro de 2024.

Este resultado demonstra que apesar das adversidades, o compromisso da TRENSURB com a mobilidade da população permanece firme. A força de trabalho da empresa, combinada com o apoio governamental e parcerias estratégicas, tem sido fundamental para mitigar os impactos da calamidade e avançar na reconstrução. A conclusão das ações previstas para 2025, será decisiva para reafirmar o papel da TRENSURB como um dos principais agentes de mobilidade e desenvolvimento na Região Metropolitana de Porto Alegre.

**DESEMPENHO OPERACIONAL 2024**

O desempenho da TRENSURB é medido por indicadores de desempenho, que permitem acompanhar, avaliar, decidir, interferir ou mudar o rumo dos processos de trabalho, visando atingir os objetivos estratégicos.

As metas estratégicas originalmente traçadas foram significativamente impactadas pelos acontecimentos de maio. Diante disso, metas relacionadas à política pública, desempenho econômico-financeiro e outros aspectos estratégicos foram revisadas e atualizadas.

A seguir, apresentamos os resultados dos principais indicadores, que refletem diretamente os impactos das enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul em maio e sua influência nos resultados deste período.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| INDICADOR | 2023 | 2024 |
| Passageiros transportados | 31.651.041 | 20.134.159 |
| Média de passageiros dia útil | 107.857 | 70.448 |
| Taxa de Cobertura Operacional | 48,74% | 28,94% |
| Taxa de Cobertura Própria | 38,17% | 22,22% |
| Taxa de Cobertura Ambiental | 65,95% | 38,71% |
| Índice de regularidade | 99,73% | 99,66% |
| Avaliação de imagem TRENSURB | 91,83% | 92,46% |

 Fonte: Gerência de Governança e Gestão Estratégica

Em 2024, a TRENSURB transportou 20,1 milhões de passageiros, o que representa uma redução de -36,39%. Esse resultado foi fortemente impactado pelas enchentes de maio de 2024, que causaram mudanças significativas na operação. Da mesma forma, a receita de transportes, principal fonte de recursos da Empresa, teve redução de -39% no mesmo período.

A Média Dia Útil – MDU de passageiros transportados registrou em 2024, a média de 70.448 passageiros/dia útil, enquanto em 2023 a média foi de 107.857, o que representa também uma redução de -34,68% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A Taxa de Cobertura Operacional - TCO, principal índice de gestão da empresa, informa o resultado da cobertura econômica da TRENSURB com receitas próprias frente às suas despesas de funcionamento. A TCO alcançou 28,94%, resultado abaixo da meta estabelecida para 2024, que era de 32,3%. A queda na arrecadação da receita de transportes foi o principal fator que impactou negativamente o desempenho da TCO no ano corrente, devido à suspensão da operação, conforme já detalhado anteriormente.

A Taxa de Cobertura Própria - TCP atingiu 22,22%, demonstrando uma queda em comparação à meta fixada de 26,0% de cobertura. Importante destacar que na análise da TCP, são incorporadas as despesas relacionadas ao passivo trabalhista, depreciação, despesas financeiras e provisão do Imposto de Renda. Esses elementos, por sua vez, não são contemplados na Taxa de Cobertura Operacional – TCO. Essa diferenciação na abordagem reflete uma visão abrangente da capacidade da empresa de cobrir suas despesas, contribuindo para uma análise aprimorada do desempenho global da TRENSURB.

A Taxa de Cobertura Ambiental – TCA leva em consideração os valores de receita e despesas totais utilizados na TCP, e somam-se as receitas o valor obtido com as externalidades levantadas pela utilização do sistema de trens para transporte de passageiros, evitando os custos ambientais e sociais de emissão de poluentes, com acidentes e com a economia com o tempo de viagem. Em 2024, obteve-se a cobertura ambiental de 38,71%.

O índice de regularidade mede a efetividade da operação com o cálculo da diferença entre as viagens realizadas e as programadas, refletindo assim a confiabilidade do serviço prestado. Obtivemos no ano de 2024, a média de 99,66% de regularidade, sendo que ano foram realizadas 47.864 viagens, das 47.955 viagens programadas. Em função das restrições causadas por furtos de cabos e os danos provocados pela enchente de maio, foi necessário realizar diversos ajustes no serviço de circulação de trens para continuar atendendo à população, ainda que de forma parcial. As adaptações incluíram modificações significativas nos trechos atingidos, sendo adequadas a velocidade operacional dos trens na via permanente e a oferta de trens, implicando em uma alteração necessária na grade horária.

Apesar desses desafios, a programação foi cumprida com base nas mudanças implementadas, mantendo assim a regularidade da circulação de trens, conforme a grade horária planejada pelo Centro de Controle Operacional.

A imagem institucional é representada pelo conjunto de ações que a empresa realiza e demonstra e que serão valorizadas pela sociedade. Para que ela seja consolidada, o público deve perceber qual o comportamento da empresa perante todas as situações enfrentadas, sendo elas boas e oportunas ou críticas e desfavoráveis. Nesse sentido, ações voltadas ao público interno e externo são fundamentais na promoção da imagem da empresa. Em 2024, ocorreram 9.891 citações à empresa nos principais veículos de comunicação do estado e do país, sendo 9.078 positivas e 813 negativas, índice médio de 92% de notícias positivas. Os temas divulgados pela TRENSURB que mais resultaram em citações à empresa nos veículos de comunicação ao longo do ano referem-se à retomada da circulação dos trens até as estações Farrapos e Mercado, após as enchentes, bem como informações sobre alterações no serviço durante o período de operação emergencial em função das cheias. Outros assuntos não relacionados aos impactos das enchentes que também tiveram destaque na imprensa foram operações para coibir o furto de cabos de sinalização e energia do metrô, a discussão de criação de termo de cooperação técnica com a Prefeitura de Porto Alegre e as mudanças na Presidência da empresa.

**POTENCIALIDADES E DESAFIOS**

Apesar dos desafios significativos, as circunstâncias recentes também oferecem oportunidades importantes para a TRENSURB. A necessidade de reconstrução e modernização da infraestrutura proporciona uma oportunidade única para incorporar novas tecnologias e práticas inovadoras que aumentarão a eficiência e a resiliência das operações. A revisão dos projetos de infraestrutura para incluir fatores de elevação de cotas e a exploração de linhas alternativas são exemplos de como a TRENSURB pode se preparar melhor para enfrentar desafios futuros.

Contudo, o maior desafio para 2025 é a superação das restrições operacionais restabelecendo a plena capacidade de transporte. Para isso, a disponibilização de recursos é fundamental para evitar qualquer paralisação do sistema, garantindo a população o direito ao transporte público coletivo de acordo com o artigo 6º da Constituição Federal.

Além disso, a crescente conscientização pública sobre as mudanças climáticas e os riscos associados oferece uma oportunidade para a TRENSURB se posicionar como um líder em práticas de mobilidade sustentável. A empresa deve manter em foco a exploração de novas fontes de receita relacionadas ao mercado de carbono e à inovação tecnológica, fortalecendo ainda mais sua posição no setor de transporte público.

A TRENSURB demonstrou sua capacidade de gestão ao atingir o maior volume de execução orçamentária de sua história. Isso evidencia o compromisso da empresa em alocar recursos de forma eficiente e estratégica, mesmo diante de desafios significativos, como a enchente. A rápida mobilização financeira e operacional foi fundamental para iniciar o processo de reestabelecimento do sistema metroviário, destacando a capacidade da empresa de priorizar investimentos em infraestrutura crítica. Esse marco orçamentário não apenas reflete uma gestão sólida, mas também o esforço coletivo de suas equipes, que atuaram de forma integrada e incansável para otimizar processos, superar adversidades e garantir a resiliência da empresa. Assim, a TRENSURB reafirma sua missão de oferecer um transporte público essencial e de qualidade para milhões de pessoas.

Outro ponto a ser explorado é a necessidade da Região Metropolitana de Porto Alegre por um sistema de transporte em massa eficiente, que alivie os congestionamentos das cidades. O sistema de trens da TRENSURB já desempenha um papel vital na mobilidade urbana, e há uma oportunidade significativa para expandir e aprimorar este serviço, atendendo à crescente demanda por soluções de transporte coletivo que sejam rápidas, seguras e sustentáveis. Ao fortalecer e expandir sua rede, a TRENSURB pode melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, mantendo-se como um elemento chave na infraestrutura de transporte da região.

Porto Alegre, 2025.

A Administração

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
|  |  **BALANÇOS PATRIMONIAIS**  |
|  | **EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023** |
|  | **(Valores expressos em Reais)** |
|  |  |
|  | **ATIVO** |  |   | **PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO** |
|  |   |   |   |   |   |   |   |   |  |  |  |  |   |
|  |  |  |  | **2024** |  | **2023** |  |   |  | **NOTA** | **2024** |  | **2023** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |   |  |  |  |  |  |
|  | **ATIVO CIRCULANTE** |  |  |  |  |  |  |   | **PASSIVO CIRCULANTE** |  |  |  |  |
|  |  Caixa e equivalentes de caixa | 4 |  |  157.239.635  |  |  131.421.171  |  |   |  Fornecedores | 16 |  7.880.270  |  |  9.604.926  |
|  |  Créditos a receber | 5 |  |  2.846.447  |  |  2.697.539  |  |   |  Impostos e taxas a recolher  | 17a |  4.909.100  |  |  4.829.016  |
|  |  Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagto | 6 |  |  13.469.750  |  |  7.917.789  |  |   |  Contribuições sociais a recolher | 17b |  5.185.667  |  |  3.715.478  |
|  |  Adiantamento de férias e débitos de empregados | 7 |  |  3.110.273  |  |  2.846.821  |  |   |  Obrigações trabalhistas | 18 |  30.250.500  |  |  22.483.118  |
|  |  Direitos a receber | 8 |  |  157.263  |  |  157.979  |  |   |  Adiantamento de clientes | 19 |  3.139.439  |  |  2.826.557  |
|  |  Impostos a recuperar | 9 |  |  3.725.903  |  |  1.609.751  |  |   |  Credores por convênios | 20 |  715.110  |  |  780.656  |
|  |  Estoques | 10 |  |  20.966.316  |  |  19.947.574  |  |   |  Credores por depósitos |  |  59.048  |  |  67.339  |
|  |  Despesas do exercício seguinte | 11 |  |  398.055  |  |  248.476  |  |   |  Plano de Previdência - Equacionamento  | 28c |  470.349  |  |  760.142  |
|  |  |  |  |  **201.913.641**  |  |  **166.847.099**  |  |   |  |  |  **52.609.484**  |  |  **45.067.233**  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |   |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |   |  |  |  |  |  |
|  | **ATIVO NÃO CIRCULANTE** |  |  |  |  |  |  |   | **PASSIVO NÃO CIRCULANTE** |  |  |  |  |
|  |  Realizável a longo prazo |  |  |  |  |  |  |   |  Provisão IR/CS diferido | 14c |  13.210.141  |  |  14.342.981  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |   |  Plano de Previdência - Equacionamento  | 28c |  3.654.808  |  |  3.303.831  |
|  |  Débitos de empregados | 7 |  |  92.559  |  |  67.815  |  |   |  Provisão para contingências trabalhistas | 21a |  136.601.375  |  |  103.480.268  |
|  |  Depósitos judiciais e Garantias a Juízo | 12 |  |  56.417.213  |  |  51.918.408  |  |   |  Provisão para contingências cíveis | 21b |  12.133.399  |  |  7.077.897  |
|  |  Penhora s/ receita própria | 13 |  |  2.603.761  |  |  -  |  |   |  |  |  **165.599.723**  |  |  **128.204.977**  |
|  |  |  |  |  **59.113.531**  |  |  **51.986.222**  |  |   |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |   |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |   |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |   |  |  |  |  |  |
|  |  Imobilizado | 14 |  |  1.114.847.924  |  |  1.156.211.511  |  |   | **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | 22 |  |  |  |
|  |  Intangível | 15 |  |  1.766.165  |  |  1.865.501  |  |   |  Capital social | 22a |  2.059.666.941  |  |  2.059.666.941  |
|  |  |  |  |  **1.116.614.089**  |  |  **1.158.077.011**  |  |   |  Adiantamentos para futuro aumento de capital | 23a |  32.088.707  |  |  24.059.724  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |   |  Ajuste avaliação patrimonial | 14c |  24.532.358  |  |  26.731.400  |
|  |  |  |  |  **1.175.727.620**  |  |  **1.210.063.233**  |  |   |  Prejuízos acumulados |  |  (956.855.953) |  |  (906.819.944) |
|  |  |  |  |  |  |  |  |   |  |  |  **1.159.432.055**  |  |  **1.203.638.123**  |
|   |  |  |  |  |  |  |  |   |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |   |  |  |  |  |  |
|  | **TOTAL DO ATIVO** |  |  |  **1.377.641.262**  |  |  **1.376.910.333**  |   |   |  **TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO** |  |  **1.377.641.262**  |  |  **1.376.910.333**  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)** |

 |

|  |  |
| --- | --- |
|  | **DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO DO EXERCICIO** |
|  | **EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023** |
|  | **(Valores expressos em Reais 1)** |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |   | **NOTAS** |  | **2024** |  | **2023** |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  | **RECEITA LÍQUIDA** | 24 |  | **79.156.988**  |  | **130.884.455**  |
|  |  Custo dos serviços prestados | 25 |  |  (294.495.955) |  |  (270.528.455) |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  | **PREJUIZO BRUTO** |  |  |  **(215.338.967)** |  |  **(139.644.000)** |
|  |  **Despesas operacionais** |  |  |  |  |  |
|  |  **Despesas gerais e administrativas** | 26 |  |  **(90.715.306)** |  |  **(89.617.010)** |
|  |  **Outras receitas e despesas** |  |  |  **(54.525.783)** |  |  **(33.483.413)** |
|  |  Condenações Trabalhistas e Cíveis |  |  |  (6.172.769) |  |  (4.326.120) |
|  |  Provisão/ Reversão ações trabalhistas | 21a |  |  (41.412.440) |  |  (22.297.641) |
|  |  Provisão/ Reversão ações cíveis | 21b |  |  (5.174.397) |  |  (8.601.490) |
|  |  Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas |  |  |  (1.766.178) |  | 1.741.838  |
|  |  |  |  |  **(145.241.089)** |  |  **(123.100.423)** |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  | **PREJUIZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO** |  |  |  **(360.580.056)** |  |  **(262.744.423)** |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  | **RESULTADO FINANCEIRO, LIQUIDO** |  |  | **17.027.739**  |  | **18.015.631**  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  Receitas financeiras | 4 |  | 17.465.413  |  | 18.084.604  |
|  |  Despesas financeiras  |  |  |  (437.673) |  |  (68.973) |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  | **SUBVENÇÕES DO TESOURO NACIONAL** | 23b |  | **290.184.426**  |  | **199.887.278**  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  | **RESULTADO OPERACIONAL** |  |  |  **(53.367.891)** |  |  **(44.841.514)** |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  | **RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA  E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL** |  |  |  **(53.367.891)** |  |  **(44.841.514)** |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  | **PROVISÃO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL** |  |  |  **-**  |  |  **-**  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  | **PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO** |  |  |  **(53.367.891)** |  |  **(44.841.514)** |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  | Resultado por ação do capital social |  |  | **(0,0056)** |  | **(0,0047)** |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  | **(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)** |



|  |
| --- |
| **DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE** |
| **EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023** |
| **(Valores expressos em Reais 1)** |
|  | **2024** |  | **2023** |
| **PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO** |  **(53.367.891)** |  |  **(44.841.514)** |
|  Outros resultados abrangentes |  -  |  |  -  |
| **TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO** | **(53.367.891)** |  |  **(44.841.514)** |
|  |  |  |  |
| **(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)** |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|

|  |
| --- |
|  |

 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO** |
| **EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023** |
| **(Valores expressos em Reais 1)** |
|  |  |  | **CAPITAL SOCIAL** |  | **ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL** |  | **AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL** |  | **PREJUÍZOS ACUMULADOS** |  | **TOTAL** |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  | **NOTA** |  |  |  |  |  |
|  **SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022** |  |  | **2.059.666.942**  |  | **23.459.815**  |  | **29.308.056**  |  |  **(865.310.312)** |  | **1.247.124.502**  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Adiantamento para futuro aumento de capital |  |  |  |  | 599.909  |  |  -  |  |  -  |  | **599.909**  |
| Incorporação de Capital Social |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Ajuste de Exercícios Anteriores |  |  |  |  |   |  | **-**  |  |   |  |  **-**  |
|  |  |  |  |  |  -  |  | -  |  |  |  |  -  |
| Total do resultado abrangente |  |  |  **-**  |  |  **-**  |  |  **(2.576.656)** |  |  **(41.509.632)** |  |  **(44.086.287)** |
|  |  |  |  |  |  |  |   |  |   |   |   |
| Prejuízo líquido do exercício |  |  |  -  |  |  -  |  | -  |  |  (44.841.514) |   |  (44.841.514) |
|  |  |  |  |  |  |  |   |  |   |   |   |
|  Ajuste avaliação patrimonial |  |  |  **-**  |  |  **-**  |  |  **(2.576.656)** |  | **3.331.882**  |  | **755.226**  |
|  Realização da reserva do custo atribuído | 14b  |  | -  |  |  -  |  |  (3.331.882) |  | 3.331.882  |  |  -  |
|  Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído | 14b  |  |  -  |  |  -  |  | 755.226  |  |  |  | 755.226  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  **SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023** |  |  | **2.059.666.942**  |  | **24.059.723**  |  | **26.731.401**  |  |  **(906.819.943)** |  | **1.203.638.123**  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Adiantamento para futuro aumento de capital |  |  |  |  | 8.028.984  |  |  -  |  |  -  |  | **8.028.984**  |
| Incorporação de Capital Social |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Ajuste de Exercícios Anteriores |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Total do resultado abrangente |  |  |  **-**  |  |  **-**  |  |  **(2.199.042)** |  |  **(50.036.009)** |  |  **(52.235.052)** |
| Prejuízo líquido do exercício |  |  |  -  |  |  -  |  |  -  |  |  (53.367.891) |  |  **(53.367.891)** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  Ajuste avaliação patrimonial |  |  |  **-**  |  |  **-**  |  |  **(2.199.042)** |  | **3.331.882**  |  | **1.132.840**  |
|  Realização da reserva do custo atribuído | 14b  |  |  -  |  |  -  |  |  (3.331.882) |  | 3.331.882  |  |  -  |
|  Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído | 14b  |  |  -  |  |  -  |  | 1.132.840  |  |  -  |  | 1.132.840  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  **SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024** |  |  | **2.059.666.942**  |  | **32.088.708**  |  | **24.532.358**  |  |  **(956.855.953)** |  | **1.159.432.055**  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)** |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  |
| **EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023** |
| **(Valores expressos em Reais 1)** |
|  | **NOTA** | **2024** |  | **2023** |  |  |
|  **PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO** |  |  **(53.367.891)** |  |  **(44.841.514)** |  |  |
|  **AJUSTADO POR:** |  |  |  |  |  |  |
|  Depreciação e Amortização |  | 48.630.390  |  | 50.594.328  |  |  |
|  Baixa de bens do ativo imobilizado |  | 2.375.002  |  | 467  |  |  |
|  Constituições/Reversão Provisões Trabalhistas e Cíveis |  | 46.586.837  |  | 30.899.131  |  |  |
|  |  | **44.224.337**  |  | **36.652.412**  |  |  |
|  **(AUMENTO) REDUÇÃO DE ATIVOS** |  |  |  |  |  |  |
|  Créditos a receber |  |  (148.908) |  |  (525.614) |  |  |
|  Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagamento |  |  (5.551.961) |  |  (2.642.786) |  |  |
|  Estoques |  |  (1.018.742) |  |  (3.569.475) |  |  |
|  Impostos a recuperar |  |  (2.116.152) |  |  (1.606.875) |  |  |
|  Depósitos, Penhoras e Garantias Judiciais |  |  (7.102.565) |  | 3.863.081  |  |  |
|  Outros ativos circulantes e não circulantes |  |  (437.060) |  | 174.544  |  |  |
|  |  |  **(16.375.388)** |  |  **(4.307.125)** |  |  |
|  **AUMENTO (REDUÇÃO) DE PASSIVOS** |  |  |  |  |  |  |
|  Fornecedores |  |  (1.724.656) |  | 3.126.642  |  |  |
|  Impostos e taxas a recolher  |  | 85.768  |  | 4.553.456  |  |  |
|  Contribuições sociais a recolher |  | 1.464.505  |  |  (530) |  |  |
|  IRPJ/CSLL pagos |  |  -  |  |  |  |  |
|  Obrigações trabalhistas, férias e encargos |  | 3.292.160  |  | 3.917.991  |  |  |
|  Contingências trabalhistas e cíveis pagas |  |  (8.410.228) |  |  (38.360.000) |  |  |
|  Credores por convênios e depósitos |  | 239.046  |  | 1.081.617  |  |  |
|  Plano de Previdência - Equacionamento  |  | 4.536.406  |  |  (237.730) |  |  |
|  |  |  **(516.999)** |  |  **(25.918.553)** |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  **Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais** |  |  **27.331.950**  |  |  **6.426.734**  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS** |  |  |  |  |  |  |
|  Aquisições de ativo imobilizado e intangível | **14/15** |  (9.542.469) |  |  (2.047.992) |  |  |
|  **Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos** |  |  **(9.542.469)** |  |  **(2.047.992)** |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO** |  |  |  |  |  |  |
|  Recursos recebidos para aumento de capital | **22a** | 8.028.984  |  | 599.909  |  |  |
|  **Líquido Caixa Gerado pelas Atividades de Financiamento** |  | **8.028.984**  |  | **599.909**  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA** | **4** | **25.818.464**  |  | **4.978.651**  |  |  |
|  Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício |  | 131.421.171  |  | 126.442.520  |  |  |
|  Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício |  | 157.239.635  |  | 131.421.171  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)** |
|  |  |  |  |  |  |  |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|

|  |
| --- |
|  |

 |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
| **DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO** |
| **EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023** |
| **(Valores expressos em Reais 1)** |
|  |  |  |  |  |
|  |  | **2024** |  | **2023** |
|  Receita de prestação de serviços |  |  76.597.120  |  |  127.491.385  |
|  Receita de aluguéis, arrendamentos e concessões |  |  2.823.057  |  |  3.738.921  |
|  Outras receitas e despesas líquidas |  |  (6.049.280) |  |  1.741.838  |
|  Provisões trabalhistas e cíveis |  |  (46.586.837) |  |  (30.899.131) |
|  |  |  **26.784.060**  |  |  **102.073.013**  |
|  |  |  |  |  |
| **INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS** |  |  |  |  |
|  Materiais consumidos |  |  (13.386.347) |  |  (7.823.284) |
|  Energia, serviços de terceiros, outras despesas operacionais |  |  (121.514.395) |  |  (103.653.446) |
|  Ganho / (Perda) na realização de ativos |  | 21.619  |  | 34.610  |
|  |  |  **(134.879.123)** |  |  **(111.442.120)** |
|  |  |  |  |  |
| **VALOR ADICIONADO BRUTO** |  |  **(108.095.063)** |  |  **(9.369.107)** |
|  Depreciação e amortização |  |  (48.630.390) |  |  (50.594.328) |
|  |  |  |  |  |
| **VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE** |  |  **(156.725.452)** |  |  **(59.963.436)** |
|  |  |  |  |  |
| **VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA** |  |  |  |  |
|  Receitas de Subvenções  |  |  290.184.426  |  |  199.887.278  |
|  Receitas financeiras |  |  17.465.413  |  |  18.084.604  |
|  |  |  **307.649.838**  |  |  **217.971.882**  |
|  |  |  |  |  |
| **VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR** |  |  **150.924.386**  |  |  **158.008.446**  |
|  |  |  |  |  |
| **DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO** |  |  **150.924.386**  |  |  **158.008.446**  |
|  |  |  |  |  |
|  **Pessoal e encargos** |  |  |  |  |
|  Remuneração direta |  |  145.494.390  |  |  142.817.644  |
|  Benefícios |  |  30.477.100  |  |  28.637.025  |
|  FGTS |  |  10.938.924  |  |  10.742.069  |
|  |  |  **186.910.414**  |  |  **182.196.738**  |
|  **Impostos, taxas e contribuições** |  |  |  |  |
|  Federais |  |  15.182.623  |  |  18.352.899  |
|  Estaduais |  |  69.730  |  |  27.987  |
|  Municipais |  |  251.122  |  |  139.576  |
|  |  |  **15.503.476**  |  |  **18.520.462**  |
|  **Remuneração de capitais de terceiros** |  |  |  |  |
|  Juros |  |  443.154  |  |  75.703  |
|  Aluguéis |  |  1.435.233  |  |  2.057.057  |
|  |  |  **1.878.388**  |  |  **2.132.760**  |
|  **Juros sobre adiantamento para futuro aumento de capital** |  |  **-**  |  |  **-**  |
|  **Resultado retido** |  | **(53.367.891)** |  |  **(44.841.514)** |
|  |  |  |  |  |
| **(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)** |

**EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE - TRENSURB**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**

(Valores expressos em reais, exceto quando especificado de outra forma.)

1. **CONTEXTO OPERACIONAL**

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB (“Companhia”) é uma empresa pública, de capital fechado, com sede em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, tendo como acionista controlador a União Federal, estando vinculada ao Ministério das Cidades, tendo por objeto:

a) planejamento, implantação e prestação de serviço de trens urbanos na região metropolitana de Porto Alegre;

b) planejamento, desenvolvimento, operação e implementação de atividades conexas ou complementares às descritas na alínea anterior.

Em consonância com os princípios estabelecidos pela Constituição Brasileira e seu estatuto social, a TRENSURB tem como objetivo primordial a mobilidade urbana na região metropolitana em que atua. Diferentemente das sociedades privadas que operam no mesmo mercado e que detém flexibilidade para exercício de outras atividades, a TRENSURB não desempenha obrigações ou responsabilidades diversas daquelas constantes de sua lei de criação e Estatuto Social.

Neste contexto, a modicidade tarifária, aliada a estratégias de subsídios e políticas tarifárias diferenciadas, desempenha um papel crucial. Essas medidas garantem o acesso da população aos serviços públicos essenciais, ao mesmo tempo em que viabilizam a operação sustentável das empresas públicas.

É relevante observar que o menor custo por passageiro transportado pela TRENSURB ocorreu em 2019, alcançando R$ 5,81, quando o subsídio do governo federal garantia a modicidade tarifária. No entanto, fatores como a drástica redução no número de passageiros causada pela pandemia de COVID-19 e o impacto das enchentes de maio de 2024 elevaram o custo médio por passageiro para R$ 16,58. Esse cenário reforça a importância do apoio federal para garantir a 6 acessibilidade e a sustentabilidade econômica, social e ambiental promovida por esse meio de mobilidade urbana.

Os impactos da enchente de maio de 2024, resultaram em mudanças significativas na operação da TRENSURB, com uma redução notável na capacidade de transporte e aumento nos intervalos entre trens. Antes do evento, o sistema suportava uma capacidade máxima de 108 mil passageiros por dia em cada sentido, com intervalos de 8 minutos nos horários de pico. Após a enchente, a capacidade caiu para 72 mil passageiros por dia, com intervalos ampliados para 12 minutos, comprometendo o atendimento à população.

Essa redução na capacidade operacional agravou os desafios sociais e econômicos enfrentados pelos usuários do transporte público, além disso, a queda na receita de transporte gerou impactos financeiros significativos, ampliando a necessidade de aportes para assegurar a continuidade das operações.

Ao mesmo tempo, é necessário reconhecer que a TRENSURB, como empresa pública, enfrenta condições distintas das sociedades privadas. A necessidade de subsídios para viabilizar economicamente os serviços, implementar políticas tarifárias diferenciadas e promover a equidade no acesso ao transporte público também se faz presente em sistemas operados por empresas privadas. Nos últimos anos, o subsídio público em sistemas concedidos à iniciativa privada tornou-se uma prática comum, tanto no transporte sobre trilhos quanto no operado por ônibus. Comprometida com a sustentabilidade, a TRENSURB busca investir continuamente na modernização de sua infraestrutura e em iniciativas que priorizam a segurança, o conforto e a eficiência de seus serviços. Essa dedicação por parte da gestão foi colocada à prova em 2024, quando uma enchente de grandes proporções atingiu o sul do Brasil, representando um dos momentos mais desafiadores de sua história. A situação exigiu respostas rápidas e eficazes para garantir a segurança de todos e mitigar os impactos à continuidade dos serviços.

Diante da necessidade urgente de atender às demandas de mobilidade da Região Metropolitana de Porto Alegre, mesmo com severas limitações estruturais, a TRENSURB definiu um cronograma estratégico de reconstrução para priorização de ações críticas para a retomada parcial das operações, enquanto projetava medidas adicionais para alcançar a recuperação total. Para consecução do cronograma de reconstrução recebeu recursos orçamentários extraordinários do Governos Federal a fim de viabilizar a execução dos projetos de investimento e de custeio conforme é referido na nota explicativa 32.

1. **BASE** **DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
	1. **Declaração de conformidade**

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Leis nos 11.638/07 e 6.404/76), pronunciamentos, que são transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC, através das resoluções emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade- CFC, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

* 1. **Base de preparação**

Estas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como instrumentos financeiros mensurados a valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os Pronunciamentos Técnicos – CPC, requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações financeiras, estão demonstradas na Nota nº 3.b.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou as demonstrações financeiras em 24 de Janeiro de 2025, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que possam ter efeito sobre estas demonstrações financeiras.

1. **PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das referidas demonstrações financeiras estão descritas a seguir e identificadas nas notas explicativas específicas dos grupos de contas, quando individualizados.

1. **Moeda funcional e transações em moeda estrangeira**

As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em Real (R$), que é a moeda local e funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Todas as variações são registradas na demonstração do resultado.

1. **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis críticas**

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamentos da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões do processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente em um período não superior a um ano.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e as informações sobre incertezas, premissas e estimativas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Realização de créditos a receber (Nota 5), Realização de direitos a receber (Nota 8); Realização dos estoques (Nota 10), Vida útil e *Impairment* do ativo imobilizado (Nota 14), Vida útil dos ativos intangíveis (Nota 15), Provisão para contingências (Nota 21), Imposto de renda e contribuição social (Nota 27), Déficit atuarial (Nota 28) e Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros (Nota 3.d).

1. **Impairment de ativos não financeiros**

A Administração da Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram identificados fatores de riscos e, consequentemente, nenhuma provisão para perda ao valor recuperável de ativo se fez necessária.

1. **NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros**

**Classificação e mensuração dos Instrumentos financeiros**

Os Instrumentos financeiros são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo e classificados numa das três categorias:

(a) mensuradas ao custo amortizado;

(b) valor justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e

(c) valor justo registrado por meio do Resultado do Exercício.

A Companhia determina a classificação dos seus ativos e passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial de acordo com o modelo de negócio no qual o ativo é gerenciado e suas respectivas características de fluxos de caixa contratuais, conforme o NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros.

**Mensuração subsequente**

A mensuração subsequente ocorre a cada data de fechamento das demonstrações financeiras de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado, de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

**Ativos financeiros não derivativos ao custo amortizado**

Os ativos financeiros não derivativos ao custo amortizado são mensurados num modelo de negócio cujo objetivo é receber fluxos de caixa contratuais onde seus termos contratuais deem origem a fluxos e caixa que sejam, exclusivamente, pagamentos e juros do valor principal.

A Companhia possui classificados nessa categoria as Aplicações financeiras de liquidez imediata (Nota 4), Créditos a receber (Nota 5), Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pgto (Nota 6) e Direitos a receber (Nota 8).

**Passivos financeiros não derivativos ao custo amortizado**

Quaisquer passivos financeiros que não possam ser classificados como ao valor justo por meio do resultado devem ser mensurados e reconhecidos como ao custo amortizado.

A Companhia possui classificados nessa categoria o saldo a pagar para Fornecedores (Nota 16), Adiantamento de clientes (Nota 19), Credores por convênios (Nota 20) e Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (Nota 23.a).

**Instrumentos financeiros derivativos e atividade de hedge**

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos nem com atividade de hedge.

***Impairment* de ativos financeiros**

A NBC TG 48 adota modelo de perdas esperadas que faz a avaliação com base mínima de doze meses ou por toda a vida do ativo financeiro registrando os efeitos quando houver indicativos de perdas em crédito esperadas nos ativos financeiros.

A Companhia adota um modelo ampliado de perdas para seus ativos financeiros, no qual avalia toda a vida do ativo, ou seja, todo o saldo, e reconhece a perda integral dos saldos quando cabível conforme o risco de não recuperação. O prazo de vencimento dos ativos neste modelo é indicativo, contudo não é o único fator considerado para o provisionamento. A Companhia, na avaliação de perdas esperadas, considera também os riscos inerentes ao seu modelo de negócio.

**Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

1. **Provisões para contingências**

As provisões para riscos trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

Tais provisões são são reconhecidas nas demonstrações financeiras tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração da Companhia para cobrir perdas prováveis sendo atualizadas até as datas do Balanço, observada a natureza de cada contingência e apoiada nas informações dos assessores legais da Companhia.

1. **Ativos e passivos circulantes e não circulantes**

De modo geral, os ativos circulantes e não circulantes são reconhecidos quando for provável que seus benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos circulantes e não circulantes são reconhecidos quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por estimativas de perdas prováveis.

1. **CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Representam valores em caixa, valores em trânsito oriundos de arrecadação, depósitos a liberar e aplicações de liquidez imediata, prontamente conversível em caixa, com vencimento original inferior a 90 dias e baixo risco de variação no valor e acrescidas de rendimentos no período.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **2024** |  | **2023** |
| Caixa  |  | 23.350 |  | 23.350 |
| Valores em trânsito |  | 277.668 |  | 759.671 |
| Aplicações de liquidez imediata |  | 156.938.617 |  | 130.638.150 |
|  |  | **157.239.635** |  | **131.421.171** |

Além dos numerários em espécie e valores em trânsito oriundos de arrecadações e depósitos a liberar, são considerados como equivalentes de caixa aplicações financeiras de liquidez imediata, prontamente conversível em caixa, com baixo risco de mudança de valor e que não possuem restrições para sua utilização, avaliadas pelo custo acrescido de rendimentos no período.

A receita financeira decorrente dessa aplicação foi de R$ 14.814.032 (R$ 15.697.914 em 2023).

O aumento do saldo da conta de aplicação financeira deve-se ao fato de que em 2024 houve maior equilíbrio entre a utilização de recursos próprios e do Tesouro, diferente de 2023, onde ocorreu maior utilização de recursos próprios, acarretando uma queda nos saldos aplicados.

1. **CRÉDITOS A RECEBER**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **2024** |  |  | **2023** |
| Créditos de Utilização Bilhetagem Eletrônica (a) | 587.477 |  |  | 206.450 |
| Consultoria Técnica | 570.926 |  |  | 570.926 |
| Aluguéis, Arrendamentos, Concessões (b) | 1.951.846 |  |  | 2.155.252 |  |
| (-)Perdas est. com créd. de liq. duvidosa |  | (263.802) |  |  | (235.089) |
|  |  | **2.846.447** |  |  | **2.697.539** |

1. Os valores a receber de créditos de utilização da bilhetagem eletrônica são oriundos da operação de transporte de passageiros.
2. Os valores a receber de aluguéis, arrendamentos e concessões são oriundos de contratos de receitas comerciais.

As contas de aluguéis, arrendamentos e concessões estão deduzidas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa conforme a seguir:

|  |  |
| --- | --- |
| Saldo Inicial Exercício | (235.089) |
|  (+) Provisão  | 28.713 |
|  (-) Reversão  |  |
|  (-) Recebimento | - |
|  **Saldo Final Exercício** | **(263.802)** |

1. **SUBVENÇÕES - SIAFI – CONTA COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO**

Registra o valor do limite de saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pelo órgão central de programação financeira, para atender despesas, com vinculação de pagamento, previstas no orçamento, por fonte de recursos. A variação ocorrida no saldo da conta de R$ 7.917.789 em 31/12/2023 para R$ 13.469.750 em 31/12/2024 deve-se principalmente, a saldo remanescente em conta corrente não aplicados.

1. **ADIANTAMENTOS DE FÉRIAS E DÉBITOS DE EMPREGADOS**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **2024** |  | **2023** |
|  |  | **Circulante** |  | **Não Circulante** |  | **Circulante** |  | **Não Circulante** |
| Adiantamento de férias |  | 2.889.875 |  |  -  |  |  2.671.410 |  |  -  |
| Adiantamento por insuf. de saldo **(a)** |  | 123.310 |   |  -  |  |  118.296  |   |  -  |
| Plano de Saúde **(b)** |  | 80.154 |  |  92.559  |  |  44.294  |  |  67.815  |
| Débitos de empregados  |  | 16.933 |   |  -  |  |  12.821  |  |  -  |
|  |  |  **3.110.273**  |  |  **92.559**  |  | **2.846.821** |  |  **67.815**  |

1. **a) Adiantamento por insuficiência de saldo**

Compõe adiantamentos a empregados de valores pagos por benefícios estipulados em acordo coletivo, onde os descontos ficam pendentes em consequência de afastamentos legais e/ou benefícios previdenciários e insuficiência de saldo. Tais valores são ajustados por provisão quando a possibilidade de perda é considerada provável pela área de recursos humanos. No exercício de 2024 a provisão é no montante de R$ 11.981 (R$ 52.272 em 31/12/2023).

1. **b) Plano de Saúde**

A área de recursos humanos, considerando os valores registrados por empregado e os limites de desconto mensal permitidos, estimou o montante a ser recebido, no ativo circulante e não circulante. Os valores a receber no ativo não circulante foram ajustados por provisão de R$ 50.035 (R$ 60.075 em 31/12/2023), quando a probabilidade de perda é considerada provável pela área de recursos humanos.

1. **DIREITOS A RECEBER**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **2024** |  | **2023** |
| Convênio Pessoal Cedido |  | 8.935 |  | 4.339 |
| Depósitos/Cauções/Outros devedores |  | 23.205 |  | 28.517 |
| Devedores Infração Legal e Contratual |  | 125.123 |  | 125.123 |
|  |  | **157.263** |  | **157.979** |

O valor de R$ 125.123 referente a Devedores por Infração Legal e Contratual deve-se ao auto de infração da Receita Federal do Brasil (RFB) que se originou do processo fiscal n° 11080.728824/2012-63, onde a RFB apontou equívocos nas informações das bases de cálculo das notas fiscais emitidas pelos terceiros contratados quanto às contribuições sociais devidas por estes e recolhidas pela Trensurb na qualidade de substituta tributária. A Trensurb possui ajuizadas ações de cobranças, sendo classificadas como perda remota.

1. **IMPOSTOS A RECUPERAR**

Compreende os valores pagos a título de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) sobre o lucro, calculados na modalidade do Lucro Real Anual a serem compensados, demonstrados a seguir:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|   |   | **2024** |   | **2023** |
| **IRPJ** |  | 2.615.587  |  | 1.071.444  |
| **CSLL** |  | 969.426  |  | 397.417  |
| **ISS** |  | 585 |  | 585 |
| **IRRF** |  | 140.305 |  | 140.305 |
|  |  | **3.725.903** |  | **1.609.751** |

A variação ocorrida no saldo de IRPJ e CSLL a recuperar deve-se a valores recolhidos sobre o lucro no exercício de 2024, ainda não compensados.

1. **ESTOQUES**

Os estoques de materiais de manutenção são avaliados ao custo médio de aquisição, sendo constituída, quando aplicável, provisão para perda ao valor recuperável e /ou por obsolescência, em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas.

Os itens mais significativos referem-se a materiais para manutenção dos TUEs.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **2024** |  | **2023** |
| Material de TUES e Veículos |  | 11.763.559 |  | 12.231.099 |
| Material da Via Permanente (a) |  | 3.238.954 |  | 1.413.928 |
| Sistemas operacionais |  | 5.126.323 |  | 5.586.885 |
| Peças e Acessórios de Equipamentos |  94.784  |  |  97.645  |
| Materiais de expediente e administrativos (b) | 1.006.150 |  |  631.905  |
| Provisão de perda (c) |  | (263.455) |  | (13.888) |
|  |  | **20.966.316** |  | **19.947.574** |

1. A variação ocorrida no grupo de materiais de via permanente, deve-se a aquisição de britas e dormentes para a manutenção e reconstrução da via permanente, em razão do estado de calamidade pública, conforme nota explicativa nº 32.
2. A variação ocorrida no grupo de materiais de expediente e administrativos, deve-se, principalmente, a aquisição de uniformes.
3. As perdas estimadas para o exercício de 2024 são referentes ao inventário anual de estoques conforme processo administrativo SEI 2408/2024-92, no valor de R$ 26.440,99 e referente a itens afetados pela enchente de maio de 2024, conforme processo administrativo SEI 1829/2024-04, no valor de R$ 237.014,02.
4. **DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE**

Compreende despesas pagas, cujos benefícios ultrapassam um exercício, sendo essas transferidas para o resultado conforme o transcurso dos períodos de competência da despesa. Os saldos a apropriar por competência são:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **2024** |  | **2023** |
| Assinaturas e Periódicos  |  | 12.142 |  | 10.592 |
| Manutenção de Sist.Proc. Dados |  | 219.303 |  | 33.445 |
| Seguros  |  | 166.610 |  | 204.439 |
|  |  | **398.055** |  | **248.476** |

1. **DEPÓSITOS JUDICIAIS E GARANTIAS A JUÍZO**

Corresponde a valores depositados em juízo para fazer frente as demandas de processos judicias cíveis e trabalhistas.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **2024** |  | **2023** |
| Depósitos Judiciais Civeis |  1.636 |  | 1.636 |
| Depósitos Judiciais Trabalhistas e Garantias (a) |  56.353.361 |  | 51.823.972 |
| Processos Judiciais - Recursos Próprios |  62.216 |  | 92.800 |
|  | **56.417.213** |  | **51.918.408** |

1. A variação ocorrida no grupo de depósitos judiciais e garantias a juízo deve-se ao maior volume de recursos pagos no período de 2024.
2. **PENHORA S/ RECEITA PRÓPRIA**

A Penhora Sobre Receita Própria de R$ 2.603.761 corresponde a valores em espécie, retirados da tesouraria da Trensurb pela Justiça do Trabalho para fazer garantia para processos trabalhistas. A variação ocorrida em relação ao exercício anterior deve- a penhora de valores referente ao processo 0020917-89.2024.5.04.0025, que possui como objeto concessão de horas extras de intervalo noturno.

1. **IMOBILIZADO**

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, ajustado ao custo atribuído, conforme laudo de avaliação do imobilizado, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas" na demonstração de resultado.

1. **Composição do saldo**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **Vida**  |  |  |  | **2024** |  |  |  | **2023** |
|  |  | **útil** **(anos)** |  | **Custo****Corrigido** |  | **Depreciação****Acumulada** |  | **Valor líquido** |  | **Valor líquido** |
| Terrenos |  | - |  | 45.909.816  |  |  -  |  | 45.909.816  |  | 45.909.816  |
| Edificações, estações e depósitos |  | 25,00 |  | 269.844.075  |  |  (95.346.623) |  | 174.497.451  |  | 179.177.716  |
| Obras de arte (passarelas e viadutos) |  | 33,33 |  | 168.736.742  |  |  (85.087.590) |  | 83.649.152  |  | 87.024.945  |
| Via permanente |  | 33,33 |  | 604.946.676  |  |  (179.197.988) |  | 425.748.688  |  | 438.015.373  |
| Sistemas operacionais |  | 11,11 |  | 338.050.750  |  |  (195.257.617) |  | 142.793.134  |  | 145.884.256  |
| Veículos ferroviários/aeromóvel |  | 20,00 |  | 370.057.116  |  |  (164.304.294) |  | 205.752.822  |  | 214.457.124  |
| Veículos rodoviários |  | 3,03 |  | 2.027.988  |  |  (1.208.344) |  | 819.644  |  | 598.873  |
| Equip. proc. de dados |  | 4,55 |  | 7.130.816  |  |  (5.995.312) |  | 1.135.503  |  | 1.615.046  |
| Equip., máquinas e instrumentos |  | 7,69 |  | 57.704.476  |  |  (50.578.960) |  | 7.125.517  |  | 8.451.534  |
| Instalações |  | 9,09 |  | 30.326.497  |  |  (19.121.095) |  | 11.205.402  |  | 13.236.637  |
| Móveis e utensílios |  | 10,00 |  | 10.268.640  |  |  (8.266.536) |  | 2.002.104  |  | 2.295.700  |
| Benfeitorias em bens de terceiros |  | 5,88 |  | 14.085.626  |  |  (11.016.571) |  | 3.069.054  |  | 3.349.156  |
| Imobilizado em curso |  | - |  | 3.298.062  |  |  -  |  | 3.298.062  |  | 8.206.662  |
| Almoxarifado de bens imobilizados |  | - |  | 7.841.576  |  |  -  |  | 7.841.576  |  | 7.988.673  |
|  |  |  |  | **1.930.228.854** |  | **(815.380.930)** |  | **1.114.847.924** |  | **1.156.211.511** |

1. **Movimentação do Imobilizado**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Custo**  | **2023** | **Adições** | **Baixas** | **Transferências** | **2024** |
|  |  |  |  |  |  |
| Terrenos |  45.909.816  | - | - | - |  45.909.816  |
| Edificações, estações e depósitos |  268.683.296  | - | (15.500) | 1.176.279 |  269.844.075  |
| Obras de arte (passarelas e viadutos) |  168.736.742  | - | - | - |  168.736.742  |
| Via permanente |  604.946.676  | - | - | - |  604.946.676  |
| Sistemas operacionais |  328.579.446  | 2.710.252  | (5.031.827) | 9.670.163 | 335.928.035  |
| Veículos ferroviários/aeromóvel |  370.627.647  | - | (717.628) | 147.097 |  370.057.116  |
| Veículos rodoviários |  1.678.988  | 349.000 | - | - |  2.027.988  |
| Equip. processamento de dados |  7.278.507  | 400 | (148.091) | - |  7.130.816  |
| Equipamentos, máquinas e instrumentos |  62.680.923  | 207.011 | (3.060.742) | - |  59.827.193  |
| Instalações |  30.326.497  | - | - | - |  30.326.497  |
| Móveis e utensílios |  10.751.519  | 337.963 | (820.842) | - |  10.268.640  |
| Benfeitorias em bens de terceiros |  14.085.626  | - | - | - | 14.085.626 |
| Imobilizado em curso |  8.206.662  | 5.937.843 | - | (10.846.442) | 3.298.062 |
| Almoxarifado de bens imobilizados | 7.988.673 | - | - | (147.097) | 7.841.576 |
| **TOTAL CUSTO IMOBILIZADO** | 1.930.481.016 | **9.542.469** | **(9.794.630)** | **-** | **1.930.228.854** |
|  |  |  |  |  |  |
| **Depreciação acumulada** | **2023** | **Adições** | **Baixas** | **Transferências** | **2024** |
|  |  |  |  |  |  |
| Edificações, estações e depósitos |  (89.505.579) |  (5.843.860) | 2.815 | - |  (95.346.623) |
| Obras de arte (passarelas e viadutos)  |  (81.711.796) |  (3.375.794) | - | - |  (85.087.590) |
| Via permanente |  (166.931.303) |  (12.266.686) | - | - |  (179.197.988) |
| Sistemas operacionais |  (182.695.190) |  (13.619.219) | 3.179.508 | - |  (193.134.900) |
| Veículos ferroviários/aeromóvel |  (156.170.523) |  (8.851.400) | 717.628 | - |  (164.304.294) |
| Veículos rodoviários |  (1.080.115) |  (128.229) | - | - |  (1.208.344) |
| Equip. processamento de dados |  (5.663.461) |  (467.436) | 135.584 | - |  (5.995.312) |
| Equipamentos, máquinas e instrumentos |  (54.229.390) |  (1.162.386) | 2.690.100 | - |  (52.701.676) |
| Instalações |  (17.089.860) |  (2.031.235) | - | - |  (19.121.095) |
| Móveis e utensílios |  (8.455.819) |  (504.710) | 693.993 | - | (8.266.536)  |
| Benfeitorias em bens de terceiros | (10.736.469) | (280.102) | - | - | (11.016.571) |
| **TOTAL DA DEPRECIAÇÃO ACUMULADA** | **(774.269.505**) | **(48.531.054)** | **7.419.628** | **-** | **(815.380.930)** |
|  |  |  |  |  |  |
| **TOTAL DO IMOBILIZADO** | **1.156.211.511** | **(38.988.585)** | **2.375.002** | **-** | **1.114.847.924** |
|  |  |  |  |  |  |

**c)** A Companhia realizou em 2010, através de laudo técnico, a revisão do ativo imobilizado com a finalidade de atribuição de novo custo (mais valia) em acordo com as normas e diretrizes da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, NBC TG 27 e Interpretação Técnica ITG 10.

A Administração da Companhia procedeu a revisão de alguns itens do imobilizado considerando o custo histórico como base de valor ajustado para refletir o “custo atribuído”, a partir de 01/01/2010, cujos efeitos dessa mudança foram registrados de forma prospectiva, gerando no ano de 2010 o valor de R$ 95.584.173 no ativo imobilizado e de R$ 63.085.555 líquido dos efeitos tributários (R$ 32.498.618) no patrimônio líquido.

No exercício de 2024 a realização da reserva do custo atribuído foi no valor de R$ 3.331.882 referente a depreciação e no valor de R$ 1.132.840 referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, resultando saldos nas contas de ajuste de avaliação patrimonial o valor de R$ 24.532.358 (R$ 26.731.400 em 2023) e provisão do imposto de renda e contribuição social diferida o valor de R$ 13.210.141 (R$ 14.342.981 em 2023).

**d**) A Companhia avaliou o valor recuperável de seus ativos, por meio de especialistas contratados para esse fim, e conforme laudo de avaliação emitido por estes, em 11 de fevereiro de 2025, não identificou a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis *(“Impairment”).*

Para o resultado da análise, foram considerados os impactos da enchente ocorrida em maio/2024, bem como os valores investidos para a reconstrução da companhia, conforme nota explicativa nº 32.

|  |  |
| --- | --- |
|  | **2024** |
|  Ativos Imobilizados  | 1.114.847.924 |
|  Ativos Intangíveis  | 1.766.165 |
| **Total dos Ativos Componentes da UGC**  | **1.116.614.089** |
|  |  |
|  **Valor Justo** (\*) | **1.577.685.420** |
|  |  |
|  Redução ao Valor recuperável  | - |

**(\*)** O Conjunto de bens avaliados a valor justo é compostos por todos os bens móveis e imóveis que compõe a UGC.

**e)** O valor dos bens do ativo imobilizado dados em penhora ou em garantia em causas trabalhistas perfazem um total acumulado de R$ 195.477.950 em 2024 (R$ 194.697.914 em 2023).

**f)** Em 2024, foram baixados 2.107 bens patrimoniais da Companhia, atingidos pela enchente de maio de 2024, que nos levantamentos realizados foram fisicamente classificados como sem condições de uso. A baixa realizada implicou na redução valor patrimonial no montante de R$ 2.375.002

1. **INTANGÍVEL**

Os ativos intangíveis são registrados pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização e das perdas acumuladas "*impairment*" por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado de forma prospectiva. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

A Administração da Companhia definiu não determinar valores residuais, visto que os bens são de características próprias para atender as necessidades da Companhia e que no final de sua vida útil não teriam valor comercial significativo.

1. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida correspondem ao direito de uso concedido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre para utilização pela Companhia e sua viabilidade operacional quando da constituição da TRENSURB, não sofrendo amortização, nem perda pelo valor recuperável.
2. Os ativos intangíveis com vida útil definida estão avaliados ao custo de aquisição, amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada.
3. Nenhum dos ativos intangíveis foi gerado internamente.
4. Composição do saldo

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **Vida** |  |  |  | **2024** |  |  |  |  **2023** |
|  |  | **útil** |  | **Custo** |  | **Amortização** |  | **Valor** |  | **Valor** |
| **Contas** |  | **(anos)** |  | **Corrigido** |  | **Acumulada** |  | **líquido** |  | **líquido** |
| Direito de uso de imóveis |  | Indefinida |  | 1.374.204  |  |  -  |  | 1.374.204 |  | 1.374.204 |
| Direito de uso de telefones |  | Indefinida |  | 1.596  |  |  -  |  | 1.596 |  | 1.596 |
| Marcas e patentes |  | 10 |  | 4.872  |  |  (4.872) |  | - |  | - |
| Softwares |  | 5 |  | 12.463.949  |  |  (12.073.584) |  | 390.365 |  | 489.701 |
| Outros dispêndios de informática |  | 10 |  | 26.000  |  |  (26.000) |  | - |  | - |
|  |  |  |  | **13.870.621** |  |  **(12.104.455)** |  | **1.766.165** |  | **1.865.501** |

1. Movimentação do Intangível

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Custo** | **2023** | **Adições** | **Baixas** | **Transferências** | **2024** |
| Direito de uso de imóveis |  1.374.204  | - | - | - |  1.374.204  |
| Direito de uso de telefones |  1.596  | - | - | - |  1.596  |
| Marcas e Patentes |  4.872  | - | - | - |  4.872  |
| Softwares |  12.463.949  | - | - | - |  12.463.949  |
| Outros dispêndios de informática |  26.000  | - | - | - |  26.000  |
| **TOTAL CUSTO INTANGÍVEL** | **13.870.621** | **-** | **-** | **-** | **13.870.621** |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Amortização Acumulada** | **2023** | **Adições** | **Baixas** | **Transferências** | **2024** |
| Marcas e Patentes | (4.872) | - | - | - | (4.872) |
| Softwares  | (11.974.248) | (99.336) | - | - | (12.073.584) |
| Outros dispêndios de informática | (26.000) | - | - | - | (26.000) |
| **TOTAL DA AMORTIZAÇÃO ACUMULADA** | **(12.005.120)** | **(99.336)** | **-** | **-** | **(12.104.455)** |
| **TOTAL DO INTANGÍVEL**  | **1.865.501** |  **(99.336)** | **-** | **-** | **1.766.165** |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |  |

1. **FORNECEDORES**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **2024** |  | **2023** |
|  |  |  |  |  |
| Prestação de serviços |  | 2.038.508 |  | 3.089.378 |
| Energia Elétrica |  | 2.512.312 |  | 2.380.006 |
| Gastos gerais  |  | 3.329.450 |  | 4.135.542 |
|  |  | **7.880.270** |  | **9.604.926** |

A variação ocorrida no período deve-se, principalmente, a antecipação de pagamentos ocorridas no exercício de 2024 e não realizadas no exercício de 2023.

1. **IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES RECOLHER**
2. **Impostos e Taxas a recolher**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |
|  |  | **2024** |  | **2023** |
| IRRF s/ salários a recolher (a) |  | 4.684.082 |  | 4.502.144 |
| ICMS a recolher |  | 178.121 |  | 49.463 |
| ISS a recolher |  | 46.897 |  | 277.410 |
|  |  | **4.909.100** |  | **4.829.016** |

**b) Contribuições sociais a recolher**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |
|  |  | **2024** |  | **2023** |
| Contribuições Previdenciárias  |  | 1.638.349 |  | 1.819.201 |
| Pasep/Cofins a recolher |  | 98.758 |  | 93.074 |
| IRPJ/CSLL/PIS/COFINS a recolher |  | 2.398.932 |  | 1.166.310 |
| INSS s/ prestação de serviços a recolher |  | 1.049.628 |  | 636.893 |
|  |  | **5.185.667** |  | **3.715.478** |

1. **OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **2024** |  |  | **2023** |
|  | **Circulante** |  |  | **Circulante** |
| Férias e Encargos (a) | 17.724.449  |  |   | 14.445.646  |
| Promoção por antiguidade a pagar (b) | 12.502.588 |  |  | 8.027.367 |
| Outras Obrigações Trabalhistas | 23.462  |  |   | 10.105  |
|   | **30.250.500** |  |   | **22.483.118** |

1. A variação ocorrida na rubrica de férias e encargos, deve-se ao menor quantitativo de empregados em férias ao longo do exercício de 2024, refletido o período de calamidade pública.
2. A variação ocorrida na rubrica de promoção por antiguidade, deve-se a inclusão dos valores de antiguidade devidos aos empregados do exercício de 2024.
3. **ADIANTAMENTO DE CLIENTES**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **2024** |  | **2023** |
| Credores p/ Venda Créditos (a) |  |  2.435.080  |  | 1.844.918  |
| Adiantamento ATP/ATM (b) |  |  691.739  |  | 979.206  |
| Adiantamento Clientes Comerciais |  | 12.620  |  | 2.433  |
|  |  | **3.139.439** |  | **2.826.557** |

a) Refere-se a valores recebidos pela venda de créditos do cartão SIM pela TRENSURB para fazer frente às utilizações dos usuários deste cartão.

b) Refere-se a valores recebidos da Associação de Transporte de Passageiros de Porto Alegre (ATP) e da Associação dos Transportadores Intermunicipais Metropolitanos de Passageiros (ATM), para fazer frente ao pagamento das utilizações de usuários dos cartões TRI , TEU e SIM (VT/Passe Antecipado).

1. **CREDORES POR CONVÊNIO**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **2024** |  | **2023** |
| Convênios SESI/SENAI |  | 60.864 |  | 140.046 |
| Assistência Saúde (a) |  | 652.186 |  | 638.550 |
| Credores Diversos |  | 2.060 |  | 2.060 |
|  |  | **715.110** |  | **780.656** |

1. Compreende o valor da administração e prestação de serviços de assistência médica ambulatorial e hospitalar prestados pela operadora do convênio, no que tange apenas a despesa da Trensurb.
2. **PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS**
3. A classificação de risco para fins de contingenciamento estabelecido pela companhia tem como referência principal os seguintes critérios:
4. Provável - Processos em fase de execução e processos com decisões de procedência total ou parcial dos pedidos, ainda que não tenha transitado em julgado;
5. Possível - Processos em fase de instrução processual, em que não há sentença proferida;
6. Remoto - Processos em execução ainda ativos, mas que já foram pagos, e processos ainda sem trânsito em julgado mas que a última decisão seja de improcedência dos pedidos;
7. **a) Provisão para contingências trabalhistas**

A constituição da provisão trabalhista é decorrente da análise jurídica das ações, quando a probabilidade de perda destas é considerada provável. A provisão constituída para ações trabalhistas compõe-se de R$ 136.601.375 (R$ 103.480.268 em 2023).

A movimentação das provisões trabalhistas está composta como segue:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **2024** |  | **2023** |
|  |  | **Não** **Circulante** |  | **Não** **Circulante** |
| Saldo no início do exercício |  | 103.480.268 |  | 96.547.870 |
| ( +) Provisão  |  | 41.412.440 |  | 22.297.641 |
| ( - ) Reversão  |  | - |  | - |
| ( - ) Pagamentos |  |  (8.291.333) |  |  (15.365.243) |
| Saldo no final do exercício |  | **136.601.375** |  | **103.480.268** |

Os valores de ações trabalhistas cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da Companhia e advogados externos, é considerada possível compõe-se de R$16.901.092 (R$ 18.439.415 em 2023).

A variação do saldo da provisão trabalhista deve-se, principalmente, ao ingresso de novas ações no exercício de 2024 e a classificação como provável do processo nº 0020387-95.2017.5.04.0004, no valor de R$ 18.822.342, que possui como objeto concessão de horas extras de intervalo noturno.

1. **b) Provisão para contingências cíveis**

Foram registradas no passivo não circulante, as ações cíveis, oriundas de ações de terceiros, cuja probabilidade de perda segundo a área jurídica da Companhia, é considerada provável. A movimentação destas provisões em 2024 e 2023 está composta como segue:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **2024** |  | **2023** |
|  |  | **Não****Circulante** |  | **Não****Circulante** |
| Saldo no início do exercício |  | 7.077.897 |  | 21.471.164 |
| ( +) Provisões |  | 5.584.148 |  | 12.306.153 |
| ( - ) Reversões |  |  (409.752) |  |  (3.704.663) |
| ( - ) Pagamentos  |  |  (118.894) |  |  (22.994.757) |
| Saldo Final Exercício |  | **12.133.399** |  | **7.077.897** |

A variação da provisão cível é decorrente da análise jurídica quanto a probabilidade de perda das ações já existentes, assim como atualizações e correções dos valores das ações judiciais.

Os valores de ações cíveis cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da Companhia, é considerada possível é de R$ 52.819.120 (R$ 51.318.364 em 2023).

1. **PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a) Capital Social**

O capital social de R$ 2.059.666.941 está representado por 9.883.218.182 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes integralmente a acionistas domiciliados no País. A composição acionária está assim representada:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Composição Acionária** |  |  | **2024** |  | **2023** |
| **Acionista** |  |  | **Quantidade** |  | **%** |  | **Quantidade** |  | **%** |
| União Federal |  |  | 9.874.758.896 |  | 99,9144  |  | 9.874.758.896 |  | 99,9144  |
| Estado do Rio Grande do Sul |  |  | 6.543.949 |  | 0,0662  |  | 6.543.949 |  | 0,0662  |
| Município de Porto Alegre |  |  | 1.915.337 |   | 0,0194  |  | 1.915.337 |   | 0,0194  |
| **Total** |  |  | **9.883.218.182** |  | **100,0000**  |  | **9.883.218.182** |  | **100,0000**  |

1. **RECURSOS RECEBIDOS DA UNIÃO FEDERAL**

1. **Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC**

O montante total de adiantamento para aumento de capital é de R$ 32.088.707. Corresponde aos recursos recebidos da União para investimento e adiantamento para futuro aumento de Capital Social, classificados no Patrimônio Líquido, sem incidência de atualização monetária, observadas as disposições norma SIAFI 021122 – Participações da União no Capital de empresas (itens 2.3.7 e 2.3.8) e do CPC 39.

No exercício de 2024, foi recebido o valor de R$ 8.028.984 em investimento em razão da calamidade pública ocorrida, conforme nota explicativa nº 32.

**b) Subvenção para Custeio**

As Subvenções do Tesouro Nacional recebidas são reconhecidas no resultado quando os recursos são disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para pagamento de despesas de pessoal, sentença e custeio devidamente empenhadas. Os montantes recebidos são utilizadas para pagamento de despesas de pessoal, sentença e custeio devidamente empenhadas. O montante recebido em 2024 foi de R$ 290.184.426 (R$ 199.887.278 em 2023) composto a seguir:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Subvenção** |  | **2024 LOA**  |  | **2024 EXTRAORDINÁRIO** |  |  **2023** |
| Pessoal |  | 155.265.203 |  |  - |  |  110.134.541 |
| Sentença |  | 18.459.601 |  |  - |  |  38.511.645 |
| Custeio |  | 90.160.152 |  |  26.299.470 |  |  51.241.092 |
|  |  | **263.884.956** |  |  **26.299.470**  |  |  **199.887.278** |

O valor de R$ 26.299.470 foi recebido de forma extraordinária em razão da calamidade pública ocorrida, conforme nota explicativa nº 32.

**c) Lei Orçamentária Anual - LOA**

O orçamento anual da Companhia está definido conforme Lei Orçamentária Anual, porém, não foi aprovado até o encerramento do exercício. O montante fixado para a despesa da TRENSURB para o exercício financeiro de 2025, conforme a PLOA, é de R$ 361.767.284. Deste valor, R$ 133.022.325 são de recursos próprios diretamente arrecadados que compõe a projeção da receita para o exercício e R$ 228.744.959 provenientes de recursos de subvenção concedidos pelo Tesouro Nacional. No decorrer do exercício existe a possibilidade da solicitação de créditos adicionais ao orçamento vigente. Para este fim é publicada anualmente, Portaria do Ministério do Planejamento, estabelecendo procedimentos e prazos para solicitações de alterações orçamentárias.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **PLOA/2025**  |  | **Recursos Próprios Fonte 1050** |  | **Recursos Subvenção Fonte 1000** |
| Pessoal | 171.300.647 |  | -  |  | 171.300.647 |
| Sentença | 25.489.100 |  | - |  | 25.489.100 |
| Custeio | 137.289.676 |  | 112.312.139 |  |  24.977.537 |
| Investimento  |  27.687.861  |  | 20.710.186 |  | 6.977.675 |
|  | **361.767.284** |  | **133.022.325** |  | **228.744.959** |

1. **RECEITA LÍQUIDA**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços de transporte urbano de seus clientes, no curso normal das atividades da Companhia.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

1. As receitas da prestação de serviço de transporte reconhecidas pela utilização quando oriundas da bilhetagem eletrônica Cartão SIM, TRI e TEU;

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **2024** |  | **2023** |
| **RECEITA BRUTA** |  |  |  |  |
|  Serviço de transporte metroviário |  | 76.597.120  |  | 127.491.385  |
|  Aluguéis, arrendamentos e concessões |  | 2.823.057  |  | 3.738.921  |
|  |  | **79.420.177** |  | **131.230.306** |
|  Tributos sobre a receita bruta |  |  (263.189) |  |  (345.851) |
|  |  |  **(263.189)** |  |  **(345.851)** |
| **RECEITA LÍQUIDA** |  | **79.156.988** |  | **130.884.455** |

A variação da receita no período deve-se a redução de passageiros no período de 2024, em razão da calamidade pública ocorrida, conforme nota explicativa nº 32.

1. **CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS**

Correspondem aos custos diretamente vinculados a operação e manutenção dos trens, demonstrados de acordo com a sua natureza, a seguir:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **2024** |  | **2023** |
| Pessoal e Encargos |  | 129.933.572 |  | 132.676.658 |
| Serviços de Terceiros(a) |  | 84.529.926 |  | 52.645.400 |
| Consumo de Materiais(b) |  | 10.556.109 |  | 5.183.196 |
| Energia de Tração(c) |  | 15.377.718 |  | 25.184.520 |
| Serviços de Utilidade Pública |  | 6.147.960 |  | 6.034.501 |
| Depreciação |  | 47.216.652 |  | 48.718.744 |
| Outros Custos |  | 734.018 |  | 85.436 |
|  |  | **294.495.955** |  | **270.528.455** |

a) A variação ocorrida no grupo de serviço de terceiros, deve-se a custos do transporte emergencial da operação trilhos humanitários, serviços de manutenção da via permanente e serviços de manutenção predial para a reestruturação e retomada da operação, em razão da calamidade pública ocorrida, conforme nota explicativa nº 32.

b) A variação ocorrida no grupo de consumo de materiais deve-se, principalmente, ao consumo de materiais para a manutenção da via permanente, em razão da calamidade pública ocorrida, conforme nota explicativa nº 32.

c) A variação ocorrida no grupo de Energia de tração deve-se ao ingresso da companhia no mercado de energia livre no exercício de 2024.

1. **DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**

Correspondem as despesas vinculadas às atividades administrativas, demonstradas de acordo com a sua natureza, a seguir:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **2024** |  | **2023** |
| Pessoal e Encargos  |  | 69.770.680 |  | 67.139.761 |
| Serviços de Terceiros |  | 11.292.878 |  | 11.863.467 |
| Consumo de Materiais |  | 2.830.237 |  | 2.640.088 |
| Serviços de Utilidade Pública |  | 1.107.873 |  | 1.061.005 |
| Depreciação/ Amortização |  | 1.413.738 |  | 1.875.584 |
| Outras Despesas |  | 4.299.900 |  | 5.037.104 |
|  |  | **90.715.306** |  | **89.617.010** |

A principal variação do grupo ocorreu na rubrica de pessoal e encargos, em razão da atualização dos valores de antiguidade devidos aos empregados conforme nota explicativa nº 18.

1. **IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício são calculados com base no regime do lucro real, nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 20 mil mensais para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o lucro líquido, considerando a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real apurado no exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes. O imposto diferido também é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

**Impostos correntes**

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a recuperar, recolhidos por estimativas mensais, calculados sobre o lucro real ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. São mensurados com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

**Impostos diferidos**

Os impostos diferidos são calculados às alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **Imposto de Renda** |  | **Contribuição Social** |
|  | **2024** | **2023** |  | **2024** | **2023** |
| **Resultado antes do IRPJ e da CSLL** |  **(53.367.891)** |  **(44.841.514)** |  |  **(53.367.891)** |  **(44.841.514)** |
|  |  |  |  |  |  |
| Adições / (Exclusões) permanentes |   7.203.728  |   4.562.666  |  |   7.203.728  |   4.562.666  |
| Adições / (Exclusões) temporárias |   40.176.188  |   (8.141.773)  |  |   40.176.188  |  (8.141.773) |
| **Lucro Real** |  **(5.987.976)**  |  **(48.420.620)**  |  |  **(5.987.976)**  |  **(48.420.620)**  |
|  |  |  |  |  |  |
| (-) Compensação Prej. Fiscal e B. Negativa 30% |  **-**  |  **-**  |  |  **-**  |  **-**  |
|  |  |  |  |  |  |
| Alíquota - 9% |  **-**  |  **-**  |  |  **-**  |  -  |
| Alíquota - 10% |  -  |  -  |  |  -  |  -  |
| Alíquota - 15% |  -  |  -  |  |  -  |  -  |
| **Total Imposto** |  **-**  |  **-**  |  |  **-**  |  **-**  |
|  |  |  |  |  |  |
| (-) PAT - Programa de alimentação do trabalhador |  -  |  -  |  |  -  |  -  |
| (-) Doações e incentivos |  -  |  -  |  |  -  |  -  |
| (-) Imposto Retido | -  | -  |  | -  | -  |
| **Total da despesa de IRPJ e CSLL** | **-**  | **-**  |  | **-**  | **-**  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
| Valor do imposto pago no ano calendário | 1.432.178  | 1.071.442 |  | 530.478  |  397.417  |

1. **PLANO DE PREVIDÊNCIA E PENSÃO A EMPREGADOS**
2. **Descrição Geral do Plano**

A Companhia é patrocinadora do Plano de Benefícios denominado Trensurb Prev, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão do Banco do Brasil (BB Previdência). O plano assegura benefícios a seus participantes (empregados) por ocasião de aposentadoria programada na percepção de benefício, aposentadoria por invalidez, pensão por morte de ativo na modalidade de rendas financeiras que possui sua manutenção pelo saldo de conta acumulado em nome do participante.

A partir da aprovação da alteração do Regulamento do Plano Trensurb Prev em 04/11/2020, conforme Portaria Previc nº 768, publicado no Diário Oficial da União nº 212 de 06/11/2020, seção 1, página 41, o plano, no parágrafo anterior na modalidade vitalícia, no entanto, vale ressaltar que na modalidade de contribuição definida, tanto na fase de acumulação dos recursos como na concessão das rendas, mitiga possíveis riscos atuariais que estavam atrelados à expectativa de vida e retorno de investimentos para os novos benefícios de aposentadoria normal,  invalidez ou por falecimento. Diante do exposto, o risco atuarial do plano Trensurb Prev CD restringe-se atualmente às pessoas que estão aposentadas até a data de 03/11/2020.

1. **Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Premissas Atuariais** | **2024** | **2023** |
| Taxa de Juros Atuarial | 4,10% a.a. | 4,10% a.a. |
| Taxa de Crescimento Salarial | Não Aplicável | Não Aplicável |
| Taxa de Rotatividade | Não Aplicável | Não Aplicável |
| Indexador de Reajuste dos Benefícios do Plano | INPC (IBGE) | INPC (IBGE) |
| Tábua de Mortalidade Válidos | AT - 2000 M e F | AT - 2000 M e F |
| Tábua de Mortalidade Inválidos | EX - IAPC | EX - IAPC |
| Tábua de Entrada em invalidez | Não Aplicável | Não Aplicável |

1. **Conciliação Valor Presente (Obrigações Atuariais) e Ativos Líquidos do Plano**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ativos Líquidos** | **2024** | **2023** |
| Patrimônio - **P** | 94.992.052  | 93.361.860 |
| **Provisões Matemáticas - Passivos Atuariais (Valor Presente)** | **95.255.554**  | **93.658.677**  |
| **Benefícios Concedidos - A** | 36.986.280 | 38.151.671 |
| **Benefícios Concedidos - Parcela Contribuição Definida (CD)** | 1.709.039 | 1.932.990 |
| **Benefícios Concedidos - Parcela Benefício Definido (BD)** | 35.277.241 | 36.218.681 |
| Benefícios a Conceder – **B** | 67.161.475 | 63.629.678 |
| **Benefícios Concedidos - Parcela Contribuição Definida (CD)** | 67.161.475 | 63.629.678 |
| **Benefícios Concedidos - Parcela Benefício Definido (BD)** | - | - |
|      Déficit Contratado - **C**= C1 + C2 + C3 | (8.892.201) | (8.122.672) |
|           Patrocinadora - C1 | (3.654.808) | (3.103.945) |
|           Participante - C2 | - | - |
|           Assistidos - C3 | (5.237.393) | (5.018.727) |
| Total das Provisões - **D** = A + B + C | 95.255.554 | 93.658.676 |
|   |   |   |
| **Fundos – E** | 3.093.105 | 2.903.807 |
| **Superávit/Déficit Atuarial - F = P - D** | (263.502) | (296.816) |
| **Valor do Ajuste de Precificação = G** |                - |                - |
| **Equilíbrio Técnico Ajustado - H** = F + G | **(263.502)** | **(296.816)** |

Os investimentos do plano Trensurb Prev renderam 3,19% no ano, isso corresponde a 35% da meta atuarial de 2024 (INPC + 4,10%) que foi de 9,06%, portanto o resultado dos investimentos foi inferior à meta atuarial estabelecida. A “duration” do plano foi de 6,9098 anos no encerramento de 2024.

Conforme atuários responsáveis pela avaliação atuarial de 2024, o plano Trensurb Prev CD, apresentou um déficit técnico de R$ 263.502. Esse valor é inferior ao limite de déficit do plano de R$ 896.263, portanto sem a necessidade de equacionamento.
Além disso, quanto ao déficit contratado de responsabilidade da patrocinadora referente aos exercícios de 2013 e 2014, cabe informar que sua amortização ocorre conforme Plano de Equacionamento de Déficit e instrumento particular de garantia, com prazo de equacionamento de 127 meses, remanescente de 10 meses, método de amortização Price e taxa de carregamento de 0%.

Os saldos do déficits estão compostos conforme segue:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|   | **2024** |  | **2023** |
|  | **Circulante** | **Não Circulante** |  |  **Circulante** | **Não Circulante** |
| Déficit 2013/2014 em equacionamento | 470.349 | - |  | 548.510 | 411.518 |
| Déficit 2021/2022 a equacionar | -  | 3.654.808 |   | 211.633  | 2.892.313 |
|   | **470.349** | **3.654.808** |   | **760.143** | **3.303.831** |

1. **Política contábil para reconhecimento de ganhos e perdas atuariais**

Os ganhos ou perdas atuariais compreendem as diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que ocorreu efetivamente. São contabilizadas através de reconhecimento de déficit ou superávit no Plano. Quando da ocorrência de déficit, este deve ser equacionado por meio de contribuições extraordinárias dos participantes, assistidos e da patrocinadora, conforme disposições da Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CNPC n.º 30, de 10/2018. Quando observado superávit, tal resultado é reconhecido como reserva de contingência do plano, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor: Limite da Reserva de Contingência = [10% + (1% x duração do passivo do plano) ] x Provisão Matemática. O que superar esse limite é alocado como Reserva Especial, que poderá ser utilizada para melhorias no Plano de Benefícios e/ou redução do Plano de Custeio, respeitadas as condições impostas pela Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CNPC n.º 30, de 10/2018.

1. **GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS**

As atividades da Companhia estão voltadas a buscar a sustentabilidade de seu equilíbrio econômico financeiro no curso normal de seus negócios e nesse contexto as atividades da TRENSURB a expõem a Riscos de Mercado, sendo considerado os seguintes fatores de risco: políticas públicas de preços tarifários e de outros índices macroeconômicos, risco de crédito e de liquidez, os quais introduzem certo grau de risco a geração de caixa e de resultados da Companhia.

A Administração da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia por meio do monitoramento contínuo dos riscos.

a) Risco de Preços Tarifários

A Companhia está exposta a preços tarifários de sua operação de transporte. Com a finalidade de mitigar os efeitos desta exposição formula estudos de viabilidade econômica e aplicação de reajustes tarifários aos preços das tarifas de forma a buscar o equilíbrio tanto para a Companhia quanto para a sociedade, porém não é possível garantir que o preço da tarifa sempre se manterá em patamares suficientes para a TRENSURB, dado os efeitos das políticas públicas e outros índices macroeconômicos.

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, relativo aos depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de liquidez imediata, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo créditos a receber em aberto.

Os ativos classificados como caixa e equivalente de caixa estão vinculados a Conta Única do Tesouro geridas pela União por meio do ministério do planejamento e orçamento onde a utilização dos recursos está vinculada aos limites de empenho previstos na Lei Orçamentária Anual.

A qualidade do crédito a receber é avaliada com base em sistema interno de classificação de crédito e os valores contábeis apresentados correspondem a expectativa de realização da Companhia.

c) Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, sendo considerado na sua estimativa a arrecadação por meio de recursos próprios e os créditos oriundos do Tesouro Nacional previstos na Lei Orçamentária Anual.

A Administração monitora de forma contínua o fluxo de caixa da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para fazer frente à necessidades operacionais e suas obrigações, no entanto, está sujeita a limitações orçamentárias impostas pelo Governo Federal.

 O prazo médio de vencimentos de fornecedores aplicados na Companhia é de 30 dias.

A Companhia mantém como penhora ou garantia em causas trabalhistas bens do ativo imobilizado no total de R$ 195.477.950.

d) Risco de taxas de juros

A Companhia não possui montantes em empréstimos e financiamentos contratados na data das demonstrações financeiras, e portanto, não está exposta a tal risco de forma significativa.

1. **SEGUROS**

A TRENSURB possui cobertura de seguros para riscos operacionais a fim de cobrir eventuais perdas no ativo imobilizado do Centro de Controle Operacional e Frota de Veículos Especiais. Os seguros contratados não foram suficientes para cobrir as perdas advindas dos impactos da enchente ocorrida em 2024. No exercício de 2024, a TRENSURB recebeu a título de indenização por seguro o montante de R$ 95.444, referente aos Veículos Especiais. Está previsto para 2025 processo de revisão da referida contratação para os exercícios subsequentes.

A TRENSURB possui seguro de responsabilidade civil contratado para os membros da Diretoria Executiva e Conselho de Administração.

1. **TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

Em conformidade com a política de transações com partes relacionadas da empresa e conforme estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas, enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, havendo ou não valor alocado à transação.

As transações com partes relacionadas da Trensurb no exercício de 2024 e 2023 foram:

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Parte Relacionada** |  | **Contrato** |  | **Valor Contratual** |  | **Valores Recebidos 2024** |  | **Valores Recebidos 2023**  |  | **Valores Pagos 2024** |  | **Valores Pagos 2023** |
|  |   |
|  |   |
| EBC - Empresa Brasileira de Comunicação |   | 120.17/2015 |   | 1.750.000 |   | - |   | - |   | 159.544 |   | 150.608 |
| EBCT - Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos |  | 120.17/17-1 |   | 30.000 |   | - |   | - |   | 966 |  | 8.044 |
| **Total** |  |  |  | **1.780.000** |  | **-** |  | **-** |  | **160.510** |  | **158.652** |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Administrador / Conselheiro** |  | **Parte Relacionada** |  |  **2024** |  |  |
|  | **2023** |
| Roberta Zanenga de Godoy Marchesi |   | Conselheiro Independente |   | 37.665 |  | 37.665 |
| Ronald Krummenauer |  | Ministério da Economia |  | - |  | 15.960 |
| Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos  |  | Ministério da Economia |  | - |  | 19.577 |
| Maria José Duarte Gonçalves Ramos  |  | Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos |  | 23.628 |  | 18.980 |
| Mariana Moya de Oliveira |  | Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos |  | 35.488 |  | 18.547 |
| Renato Boareto |  | Conselheiro Independente |  | 35.403 |  | 18.725 |
| Elisa de Oliveira Alves  |  | Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos |  | 17.829 |  | 18.262 |
| Alice de Almeida Vasconcellos de Carvalho |  | Ministério das Cidades |  | 35.226 |  | 11.597 |

1. **IMPACTOS DA CALAMIDADE PÚBLICA OCORRIDA EM MAIO/2024**

Conforme descrito na mensagem da administração, as enchentes que atingiram o estado do Rio Grande do Sul em maio de 2024 impactaram severamente diversas regiões, trazendo desafios significativos para toda a população.

As chuvas intensas alagaram subestações de energia, estações subterrâneas e áreas administrativas, provocando a interrupção completa do transporte metroviário por semanas e afetando diretamente a mobilidade de milhares de pessoas na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). Diante desse cenário crítico, a TRENSURB implementou respostas emergenciais para minimizar os impactos à população e preservar os ativos da empresa.

Em 30 de maio, o esforço coletivo das equipes técnicas permitiu a retomada da operação em 13 estações, entre Novo Hamburgo e Matias Velho, ainda que de forma limitada. A expansão até a Estação Farrapos ocorreu em 20 de setembro de 2024 e a expansão até a Estação Mercado em 24 de dezembro de 2024.

Em razão da paralização da operação e retomada parcial ao longo do exercício de 2024, a receita de transporte teve redução significativa no período, conforme nota explicativa nº 24.

Os bens patrimoniais da Companhia foram afetados e as respectivas perdas foram registradas, conforme nota explicativa nº 14. A avaliação a valor justo dos bens foi realizada por especialistas, sendo considerados os impactos da enchente nessa avaliação.

Para fazer frente aos efeitos da calamidade pública ocorrida, a TRENSURB recebeu através da Lei º 14.962, de 5 de setembro de 2024 um crédito extraordinário de R$ 164.366.000 sendo R$ 49.309.800 destinados ao custeio e R$ 115.056.200 aos investimentos.

Dos valores contemplados pela Lei, foram recebidos no exercício de 2024, o montante de R$ 34.328.454, sendo R$ 26.299.470 a título de subvenção de custeio e R$ 8.028.984 a título de investimento para futuro aumento de capital, conforme nota explicativa nº 23. Os demais valores foram inscritos em restos a pagar, com execução prevista para os exercícios seguintes.

Ainda em 2024, adicionalmente, a Medida Provisória nº 1.284, de 28 de dezembro de 2024, destinou R$ 60 milhões a despesas de custeio, os quais foram inscritos em restos a pagar.

1. **REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E EMPREGADOS**

As remunerações pagas a administradores e a empregados no exercício foram as seguintes:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Remuneração** |  | **Maior** |   | **Menor** |   | **Média** |
| Administradores |   | 33.382 |   | 26.833 |   | 29.966  |
| Empregados |   | 42.060  |   | 2.264  |   | 10.101  |

 Porto Alegre, 13 de Março de 2025.

**NAZUR TELLES GARCIA VANESSA FRAGA DA ROCHA**

Diretor Presidente Diretora de Administração e Finanças

**JAIR BERNARDO CORREA TALITHA MENGER DE SOUZA**

Gerente de Orçamento e Finanças Contadora CRC/RS 090.987/O

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2024**

**Aos**

**Acionistas, Conselheiros, Diretores e demais Administradores da**

**EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE - TRENSURB**

Porto Alegre/RS

Prezados(as) Senhores(as),

1. **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da **EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE - TRENSURB**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, demonstração do resultado do exercício, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstrações dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira **EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE - TRENSURB,** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

**2. Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**3. Principais Assuntos de Auditoria – PAA´s**

Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA’s) são aqueles que, reputamos de maior relevância em função de sua materialidade financeira ou sua complexidade operacional, conforme o caso, a partir de nosso julgamento profissional, os quais foram considerados os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis tomadas em conjunto com as notas explicativas e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**3.1 Impactos da Calamidade Pública**

Conforme nota explicativa n° 32, e amplamente divulgado na mídia nacional, as enchentes que atingiram o estado do Rio Grande do Sul em maio de 2024 impactaram severamente diversas regiões, trazendo desafios significativos para toda a população. Diante desse cenário crítico, a TRENSURB implementou respostas emergenciais para minimizar os impactos à população e preservar os ativos da empresa.

Em razão da paralização da operação e retomada parcial ao longo do exercício de 2024, a receita de transporte teve redução significativa no período, conforme nota explicativa nº 24.

Os bens patrimoniais da Companhia foram afetados e as respectivas perdas foram registradas, conforme nota explicativa nº 14. A avaliação a valor justo dos bens foi realizada por especialistas, sendo considerados os impactos da enchente nessa avaliação.

Para fazer frente aos efeitos da calamidade pública ocorrida, a TRENSURB recebeu através da Lei º 14.962, de 5 de setembro de 2024 um crédito extraordinário de R$ 164.366.000 sendo R$ 49.309.800 destinados ao custeio e R$ 115.056.200 aos investimentos.

Dos valores contemplados pela Lei, foram recebidos no exercício de 2024, o montante de R$ 34.328.454, sendo R$ 26.299.470 a título de subvenção de custeio e R$ 8.028.984 a título de investimento para futuro aumento de capital, conforme nota explicativa nº 23. Os demais valores foram inscritos em restos a pagar, com execução prevista para os exercícios seguintes.

Ainda em 2024, adicionalmente, a Medida Provisória nº 1.284, de 28 de dezembro de 2024, destinou R$ 60 milhões a despesas de custeio, os quais foram inscritos em restos a pagar.

**✓ Como nossos auditores abordaram esse assunto?**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: uma abordagem para avaliar os impactos das fortes chuvas que assolaram o estado do Rio Grande do Sul em maio de 2024 sobre as demonstrações contábeis da TRENSURB. Inicialmente, foi realizada uma revisão detalhada dos registros contábeis para identificar possíveis perdas materiais em ativos tangíveis, como estoques e imobilizados, verificando se os ajustes contábeis realizados estão em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração previstos nas normas contábeis aplicáveis. Também foram analisadas as provisões constituídas para perdas, com o objetivo de validar a razoabilidade dos critérios utilizados para mensuração e o adequado registro contábil dessas obrigações.

Adicionalmente, a auditoria avaliou os impactos sobre a continuidade operacional da TRENSURB, considerando fatores como paralisação das atividades, dificuldades logísticas e impactos na geração de caixa. Foram analisadas ainda as divulgações nas notas explicativas das demonstrações contábeis, assegurando que as informações prestadas refletem de maneira fidedigna a situação patrimonial, financeira e o desempenho econômico da empresa. A auditoria também examinou a contabilização de eventuais auxílios governamentais, indenizações securitárias e renegociações de dívidas, verificando se tais eventos estavam devidamente reconhecidos e divulgados de acordo com as normas contábeis aplicáveis. Por fim, foram realizados procedimentos específicos para mitigar riscos de distorções relevantes e garantir que os impactos financeiros do desastre natural foram apresentados de forma clara e transparente aos usuários das demonstrações contábeis. Devido à relevância, consideramos este tema um assunto significativo para a auditoria.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas, entendemos que os critérios adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis.

**3.2 *Impairment test***

Conforme nota explicativa n° 14.d, a Companhia avaliou o valor recuperável de seus ativos, por meio de especialistas contratados para esse fim, e conforme laudo de avaliação emitido por estes, em 11 de fevereiro de 2025, não identificaram a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis (“Impairment”).

Para o resultado da análise, foram considerados os impactos da enchente ocorrida em maio/2024, bem como os valores investidos para a reconstrução da companhia, conforme nota explicativa nº 32. Em 2024, foram baixados 2.107 bens patrimoniais da Companhia, atingidos pela enchente de maio de 2024, que nos levantamentos realizados foram fisicamente classificados como sem condições de uso. A baixa realizada implicou na redução valor patrimonial no montante de R$ 2.375.002.

**✓ Como nossos auditores abordaram esse assunto?**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: entendimento e avaliação dos processos adotados pela Empresa, através de teste documental, análise das premissas utilizadas pela empresa contratada, assim como, o reconhecimento contábil. Devido à relevância, consideramos este tema um assunto significativo para a auditoria.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas, entendemos que os critérios adotados, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis.

**3.3 Provisões para demandas judiciais - tributárias, cíveis e trabalhistas**

Conforme nota explicativa n° 21, a TRENSURB é parte envolvida em diversos processos de natureza cível e trabalhista decorrentes do curso normal dos negócios. As estimativas de perdas são avaliadas periodicamente pela Administração, que levam em consideração a opinião dos assessores jurídicos que patrocinam as causas.

Uma vez que provisões para demandas judiciais envolvem julgamento da Administração, ainda que com apoio de assessores jurídicos, consideramos este tema um dos principais assuntos de auditoria, também levando em consideração o volume dos processos existentes e a relevância dos valores envolvidos. A Empresa possui contingências classificadas pelos seus assessores jurídicos como “prováveis perdas”, para ações trabalhistas compõe-se de R$ 136.601.375 e para ações cíveis compõe-se de R$ 12.133.399, para as quais são constituídas provisões contábeis. Mudanças nos prognósticos e/ou julgamentos críticos da Administração sobre as probabilidades de êxito/perda podem trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis.

**✓ Como nossos auditores abordaram esse assunto?**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envio de cartas de circularização para os advogados na data-base de 31 de dezembro de 2024, analise histórica e comparativa de causas similares, pesquisa através de inteligência robótica que busca pelo CNPJ(MF) diretamente junto aos “sítios” dos diversos Tribunais, o registro de ações impetradas, por ventura ainda não citadas ao polo passivo para cotejamento da efetividade operacional e implementação dos controles internos relacionados a identificação, avaliação, mensuração e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as provisões para demandas judiciais tributárias, cíveis e trabalhistas, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados para a determinação da probabilidade de perda associada as causas, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis.

**4. Outros assuntos**

**4.1. Demonstração do Valor Adicionado**

Revisamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA) individual referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração, essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a concluir que não foi elaborada, em seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, individuais, tomadas em conjunto.

**4.2. Relatório da Administração**

A administração da **TRENSURB** é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

**4.3. Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nós, cujo Relatório de Auditoria foi emitido sem modificação de opinião.

**5. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **TRENSURB** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **TRENSURB** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **TRENSURB** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**6. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

* Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
* Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **TRENSURB**.
* Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
* Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **TRENSURB** a não mais se manter em continuidade operacional.
* Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife/PE, 28 de fevereiro de 2025

**AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S**

CRC/PE 000150/O

**Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira**

Contador - CRC/PE 010483/O-9

**Sócio Sênior – CNAI 1592**

**Phillipe de Aquino Pereira**

Contador - CRC/PE 028157/O-2

**CNAI 4747**



**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

**Nº 01/2025**

O Conselho Fiscal da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TRENSURB, usando de suas atribuições legais e estatutárias, nos termos do artigo 51, inciso II, do Estatuto Social da TRENSURB, considerando: o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e, tendo como referência o Relatório da AUDIMEC-Auditores Independentes, emitido em 28 de Fevereiro de 2025 e o Relatório da Auditoria Interna nº 471/2025 – Demonstrações Contábeis 2024, os quais são adotados, na íntegra, conclui que os referidos documentos representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Empresa, em31/12/2024, encontrando-se em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas.



|  |  |
| --- | --- |
| **RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO** | **REC-0007/2025** **13/03/2025** |

Para: AUDIN, COAUD, CONFIS, CORREG, DIRAF, DIROP, GAPRE, GECIN, GECOM, GEDEN, GEGOV, GEINF, GEJUR, GEMAN, GEOPE, GEORF, GEREH, GESAE, GESIS, GESUP, PRES, SUDEC, SUDEX

Ref.: APROVA O RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – Exercício de 2024

O Conselho de Administração da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A .- TRENSURB, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, nos termos do inc. VII, art. 35, do Estatuto Social da TRENSURB.

RESOLVE:

Manifestar-se pela aprovação do Relatório Anual de Administração e das contas da sua Diretoria Executiva constantes nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, conforme o processo administrativo SEI nº 0000958.00000790/2024-08, registrado na Ata do CONSAD nº 590, item 1.1, de 13 de março de 2025, com fulcro no inc. I, art. 132, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

|  |  |
| --- | --- |
|  |  |

**Documento assinado eletronicamente por Mariana Moya de Oliveira**

Mariana Moya de Oliveira

Presidente do Conselho de Administração